

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

Viviane Monteiro de Carvalho

**ESCRAVAS DE GANHO E ALUGUEL NOS ANÚNCIOS
DA IMPRENSA CARIOCA (1850-1860)**

Passo Fundo/RS

2019

Viviane Monteiro de Carvalho

**ESCRAVAS DE GANHO E ALUGUEL NOS ANÚNCIOS
DA IMPRENSA CARIOCA (1850-1860)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado (a) em História.

Orientador: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel

Passo Fundo/RS

2019

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos que de alguma forma contribuíram para o seu desenvolvimento, seja como material ou ideias para pesquisa, seja com incentivo, em especial a minha família que esteve sempre me apoiando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado nesses quatro anos de graduação. Aos meus pais e irmão Marines Monteiro, Sandro Lombardi, Alexsandro Monteiro, não tenho palavras pra agradecer todo apoio em todos os momentos difíceis, que sempre estiveram ao meu lado me dando todo apoio.

Agradeço aos meus colegas de aula, principalmente a Lauren Quissini, uma amiga especial que neste quatro anos estava sempre ao meu lado me ajudando, e me apoiando em todas as etapas, sempre disposta a me ajudar me incentivando e me animando nos dias mais difíceis, onde levarei em meu coração, pois foi uma pessoa muito especial em minha vida acadêmica, como colega e amiga, gratidão pelo apoio.

Não podia deixar de agradecer a todos os professores, que estiveram presente em minha vida acadêmica, alguns maravilhosos que não estão mais presente no curso, mas que fizeram uma grande diferença na graduação. E principalmente a professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel que me orientou nessa pesquisa, uma pessoa maravilhosa, que sempre estava disposta a me ajudar, e de uma competência, muito obrigado por toda dedicação, pelas leituras indicadas, pelas orientações, pela flexibilidade e paciência, pois sem a ajuda dela, não seria possível, obrigado pela ajuda e por ser essa professora maravilhosa.

Por fim agradeço a todos os colegas que conheci durante o curso, pela convivência, aprendizado, e pelas amizades que lembrarei para vida toda. Meu muito obrigado a todos que fizeram parte desta trajetória.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantidade de anúncios distribuídos nos jornais	29
Tabela 2- Atividades exercidas pelas escravas de ganho no período de 1850 a 1860	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A ESCRAVIDÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO: OS ANOS DE 1850-1860.....	11
1.1 Rio de Janeiro:eixo escravista.....	11
1.2 Urbanização.....	13
1.3 A cidade e os escravos de ganho.....	15
1.4 Escravas de ganho e alguel.....	19
2. IMPRENSA CARIOCA, ANÚNCIOS E OFERTAS.....	29
2.1- História e imprensa: uma aproximação.....	29
2.2 Imprensa Carioca.....	32
2.3 Os anúncios e as ofertas.....	39
3. SERVIÇOS ANUNCIADOS NOS JORNAIS.....	43
3.1 O trabalho doméstico.....	48
3.2 As escravas domésticas.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXO 1.....	65
ANEXO 2.....	66
ANEXO 3.....	67

INTRODUÇÃO

A escravidão, junto com o latifúndio e a agro exportação, foi um dos pilares sobre os quais se estruturou a economia e a sociedade-brasileira, desde o século XVI até a abolição, ao final do século XIX. Durante os mais de trezentos anos nos quais a mão-de-obra principal foi escrava, as relações escravistas se desenvolveram não somente no âmbito da grande propriedade, mas também nos centros urbanos, nos quais havia escravos que exerciam atividade de ganho¹. No ganho das ruas, os escravos, e em particular as mulheres escravas, que serão o objeto dessa investigação, estavam presentes com atividades de pequeno comércio, oferecimento de serviços de costureira, lavadeiras, mucamas, ama de leite, entre outros. Segundo Marilene Rosa Nogueira da Silva em sua obra “O negro na rua” a mulher escravizada vai ocupar esse espaço de forma significativa” (SILVA, 1998, p. 20-21).

A presente pesquisa tem como objetivo geral fazer uma análise das atividades de ganho e de aluguel, com destaque para a escrava mulher. Para tanto, elegemos como fontes três jornais: o *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, e o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1850 a 1860, nos quais faremos um levantamento dos anúncios que ofertavam escravas de ganho. A escolha da cidade do Rio de Janeiro justifica-se pela centralidade que representava no âmbito nacional a saber, pelo seu caráter eminentemente escravista, seu perfil político fundamental como sede do governo, sua situação econômica como principal porto de escoamento de café e de exportação de manufaturados, além de ser juntamente com Pernambuco e Bahia, um dos portos de recebimento de escravos (SILVA, 1998, p. 18-19).

A aceleração do crescimento da cidade e as mudanças advindas sucederam-se desde 1808, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, mas será no período que se inicia em 1820, que se intensifica o trabalho do “escravo de ganho” (SILVA, 1998, p. 16-17). Optamos por definir o recorte temporal entre 1850 e 1860, década subsequente à cessação do tráfico de escravos a partir da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em razão de que se inicia uma fase na qual estaria em curso uma possível alteração na organização do trabalho escravo, em particular o de ganho e de aluguel, visto que se verificaria uma diminuição paulatina da oferta de mão-de-obra escrava, pois o trabalho escravo continua, mesmo após a lei ser aprovada.

¹ Ganho: substantivo masculino, aquilo que se lucrou, ganhou, vantagem, ou proveito, remuneração, ganho mensal.

Os escravos eram um dos principais investimentos das classes proprietárias de terra, além dos bens rurais, participação no comércio. A presença de mulheres escravas circulando pelo espaço urbano era algo comum. As mulheres aparecem na maioria vinculadas a serviços domésticos, como lavar, cozinhar, costurar e engomar. Os escravos homens e os moleques, como os jornais descrevem, estavam ligados mais a serviços do campo como a plantação e nos currais dos grandes proprietários de terras. Contudo, as mulheres também estão presentes nas atividades de “venda de rua”. Tanto as mulheres escravas, como os homens e as crianças aparecem nos anúncios dos jornais, para venda ou aluguel, sendo dos principais movimentos econômicos daquela época.

Segundo Cecília Soares em sua obra “As ganhadeiras mulheres e resistência negra em Salvador no século XIX”, essa “regalia” possibilitou às negras uma oportunidade de construção de um universo próprio, formando uma rede econômica e política, oferecida pelo mercado. Para a escrava essa conquista podia se traduzir na obtenção da alforria através da compra com dinheiro arduamente ganho no comércio” (SOARES, 2017, p. 58-59).

A habilidade dos escravos nos ofícios era conhecida e utilizada desde a época colonial, e foi aproveitada na fase da transição e desenvolvimento das cidades, como era de se esperar, enquanto perdurasse o sistema. Desde o início da colonização foram os escravos os artífices, de modo geral, de todos os objetos e produto que não tivessem sido importados, da metrópole ou de outras nações estrangeiras. O crescimento e as transformações das cidades no Brasil, portanto, não dispensariam o trabalho escravo, sob novas formas e em novos setores de atividades urbanas (SILVA, 1998, p. 16-17).

A imprensa foi a principal fonte para a realização desta pesquisa. O reconhecimento da imprensa como fonte e objeto de pesquisa histórica tem como marco inicial a década de 1970. Segundo a historiadora Tania Regina de Luca, este período apresenta um número escasso de trabalhos que tinham como fonte jornais e revistas para o conhecimento da história do Brasil.

A imprensa e o historiador vão ter um grande papel importante, embora os trabalhos sejam distintos, tanto os jornais como o historiador tem um papel perante a sociedade, para a reconstrução dos fatos, principalmente nas análises das fontes de pesquisa, no começo houve receio entre os jornalistas e os historiadores, mas hoje em dia se tornou comum. O estudo da história através da imprensa deve estar sempre em diálogo com outras fontes, que colocam em cena outros sujeitos e práticas sociais, a partir de seu contexto (ESPIG, 1998, p. 275-277).

Hoje em dia temos acesso as mais variadas fontes de pesquisa e o jornal se tornou uma delas. Com a tecnologia o acesso aos jornais se tornou acessível. Evidente que as fontes jornalísticas precisam ser filtradas e ressignificadas pelo historiador que as consulta e em seguida submete-as ao processo de crítica externa, para conferir sua confiabilidade, e à crítica interna, para apurar seu conteúdo e submetê-lo à interpretação e contextualização.

Para compreender a atuação das escravas de ganho, no Rio de Janeiro, no período 1850-1860, vamos explorar como fontes, os jornais *Diário de Rio de Janeiro (1850-1855)*, *Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal (1850-1860)*, *Jornal do Commercio (1850)*. Nosso foco será o levantamento dos anúncios que relatam a venda e aluguéis de escravos, tendo como objetivo principal identificar a gama de serviços oferecidos o gênero predominante nesses anúncios.

A pesquisa será desenvolvida baseada nesses objetivos e amparada por meio de revisão bibliográfica de artigos científicos, livros, capítulos de livros e dissertações de mestrado e teses de doutorado, sites de pesquisa de dados, a citar BNDigital- Biblioteca Nacional, conhecida como Hemeroteca Digital e o Google Acadêmico. Toma-se como justificativa deste trabalho, a necessidade de olhar as escravas de ganho, consideradas como parte integrante da estrutura econômica urbana.

É preciso destacar que as negras importadas pelo tráfico eram provenientes da costa Oriental da África, onde o pequeno comércio era tarefa essencialmente feminina, garantindo às mulheres papéis econômicos importantes. Para Cecília Moreira Soares, “as mulheres escravas tinham um “faro para o negócio”, e isto as africanas já traziam da África, onde eram consideradas boas comerciantes. Com as escravas de ganho, trabalhando no comércio, o senhor recuperava em três anos o que havia pago por elas” (SOARES, 2017, p. 58-59).

O Rio de Janeiro cresceu em população, em comércio, em manufaturas, enfim em serviços. E qual vai ser a mão-de-obra empregada para atender a essas demandas? Como nas demais cidades brasileiras inseridas na estrutura escravista, havia grande concentrações de escravos que eram utilizados em todos os setores da vida urbana. O crescimento da população escrava acompanhava o crescimento da cidade (SILVA, 1988, p. 51-52).

O crescimento da cidade, calcado no desenvolvimento da cafeicultura, clama pela mão-de-obra escrava. Este clamor é reforçado pelo grande lucro, que proporciona aos que estavam dispostos a arriscar-se visto ainda que o diferencial dos preços dos escravos na África e no Brasil gerava um grande estímulo. No período de 1830, por exemplo, um negro na África não custava mais de 20 a 30 mil-réis e era vendido no Brasil por 700 a 1.000 réis (SILVA,

1988, p. 58-59). Daí pode se compreender que além de mão-de-obra o escravo negro constituiu um grande negócio para os comerciantes que faziam o tráfico internacional.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Escravidão urbana no Rio de Janeiro, década de 1850” abordaremos como a escravidão urbana vai ganhar a cidade do Rio de Janeiro, pautada nas mulheres, as escravas de ganho. Faremos, também, uma discussão teórica sobre História Cultural e descreveremos a situação que o Rio de Janeiro se encontrava no século XIX, e a importância dos escravos de ganho naquela conjuntura.

No segundo capítulo, intitulado “As escravas nos anúncios de jornais na década de 1850”, trabalharemos com história e imprensa, como ela estão ligadas, onde analisaremos três jornais da época de 1850 a 1860, onde os jornais trazem anúncios de escravas de aluguel. Apresentaremos aspectos das principais funções dos escravos nas cidades, suas principais profissões, destacando o âmbito geral.

E no terceiro capítulo, intitulado “O que se anuncia: o trabalho doméstico”, abordaremos as escravas de ganho e de aluguel atuando como domésticas nas casas de seus senhores, constatando que muito do que foi estudado, relata a nossa atualidade, na qual muitas mulheres sustentam-se a partir do trabalho doméstico, uma herança do período colonial, onde os afazeres da casa eram destinados às mulheres em funções passadas de geração em geração, de mãe para filha.

1. A ESCRAVIDÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO: OS ANOS DE 1850-1860

Este capítulo irá discorrer brevemente, sobre a escravidão no Rio de Janeiro no ano de 1850 à 1860, o processo de urbanização da cidade, quem são os escravos de ganho, e as principais atividades que os escravos de ganho exerciam na cidade do Rio de Janeiro.

1.1 – Rio de Janeiro eixo escravista

O Rio de Janeiro ocupava importante posição, fosse na hierarquia da rede urbana brasileira, fosse na polarização de população e de atividades econômicas. Essa posição certamente tem relação com a função de capital do Império. Desde a transferência da capital do vice-reinado de Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763, consolida-se o caráter central que a cidade vinha assumindo nos domínios portugueses na América. Em 1808, como resultado de dinâmica política na Europa, envolvendo Portugal, a cidade teve visibilidade plena, decorrente da súbita importância política que adquiriu, ou seja, caso único da primeira capital extra-europeia de uma monarquia ocidental.

Como consequência deste ato real, a cidade assumiu a essência de sua condição de capital. Em 1760, deixou de ser a capital do Brasil República, mantendo a função de capital do Estado de Guanabara até 1765, quando houve a fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro, tornando-se capital do atual estado. A instalação da Corte portuguesa no Rio, em 1808, e a transformação da capital da colônia em sede do Império Português, propiciou uma série de transformações tanto no aspecto físico da cidade quanto no comportamento de seus habitantes. Segundo Sérgio Hamilton da Silva Barra, em seu artigo “A cidade Corte: o Rio de Janeiro se inicia no século XIX”, se, por um lado, partir de então o Rio de Janeiro deveria ser a expressão do poder real e do grau de civilização do Império Português, por outro lado, a construção dessa Europa nos trópicos apresenta limites (BARRA, 2015, p. 1-15).

Mas essa tentativa de construção de uma Europa possível nos trópicos, na expressão de Afonso Carlos Marques dos Santos, apresenta limitações. Um aspecto particular do cotidiano do Rio de Janeiro parecia querer macular esse projeto civilizatório de matriz europeia: a forte presença negra no espaço urbano da capital do Império Português (SANTOS, 200.p. 9-17).

A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808 desencadeou uma série de mudanças na capital da colônia portuguesa da América que visavam adequar a cidade à sua nova função: a de sede do novo Império Português recriado na América de acordo com

projetos longamente acalentados por letrados e estadistas portugueses. Nesse período a cidade viu um aumento significativo no seu número de habitantes que, segundo alguns autores, praticamente dobrou entre 1808 e 1821, incrementado pelos incontáveis emigrados portugueses, por europeus de diversos outros países e por habitantes de outras capitanias que não cessaram de chegar ao longo de treze anos de permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Segundo afirma

Na primeira metade do século XIX a escravidão no Rio de Janeiro estava no seu auge. O aumento do tráfico era impulsionado pelo aumento do movimento comercial pelo qual passava a cidade naquele momento. O aumento da população branca aumentou a demanda de escravos, onde a cidade vai ter um aumento significativo de habitantes (BARRA, 2015, p. 4-15).

Assim, como não cessaram de chegar novas levas de escravos vindos da África e, também, de outras capitanias, no que diz respeito ao aspecto físico da cidade, o aumento no número de habitantes impulsionou a expansão dos limites geográficos do núcleo urbano. Demandou um grande investimento em obras de melhoria da precária infraestrutura da cidade, suscitou a preocupação com a aparência na construção dos imóveis e determinou a refuncionalização de diversos espaços tradicionais da cidade no intuito de abrigarem os serviços do Paço e órgãos da administração. Adequar a cidade à sua nova condição de Corte não significava apenas atender a essas necessidades de caráter pragmático. Como nova capital, o Rio de Janeiro deveria

Transformá-la em Corte significava apenas atender a essa necessidade de caráter pragmático. Como nova Corte real o Rio de Janeiro deveria ser a expressão do poder da monarquia e do grau de civilização do Império Português, segundo a representação que seus habitantes faziam da cidade (BARRA, 2015, p. 2-15).

O Padre Luís Gonçalves dos Santos, um dos principais cronistas do reinado de D. João na América, nas suas “Memórias para servir à história do Reino do Brasil” faz um elogio àqueles que ele considera os principais atos administrativos do monarca português durante a sua permanência no Rio de Janeiro. Na sua interpretação, tais medidas teriam o intuito de tirar a colônia da situação de barbárie em que até então jazia, como se aquele estado de coisas não tivesse sido obra da própria Coroa portuguesa

Tudo isso vemos hoje, senão com admiração, porque estas coisas insensivelmente se fazem diante de nossos olhos, certamente com gratidão à augusta presença do senhor D. João VI, com a qual este país de rude, e agreste vai aos poucos povoando-se, civilizando-se, e embelecendo-se, bem como depois do rigoroso inverno se anima, reverdece e floresce a natureza, com a chegada da risonha primavera. (...) Mas,

apenas chegou sua majestade, quando logo franqueou o comércio, permitiu a indústria, facultou as artes, e ciências, admitiu os estrangeiros (sic), mandou abrir estradas, facilitou a comunicação dos povos e, entre outros bens, que nos concedeu, promoveu a civilização. Ora todos sabem quanto poder tem ela sobre os homens, e sobre o terreno, que eles habitam, por mais rudes e bárbaros que tivessem sidos (SANTOS, 1981, p, 122).

Dessa forma, a adequação da cidade à sua nova condição impunha, também aos habitantes da cidade, a disseminação de novos padrões de comportamento público e privado, mais convenientes ao convívio na Corte e aos novos espaços de sociabilidade frequentados pela nobreza e pela boa sociedade do Rio de Janeiro. Afinal de contas, como afirma Maria Beatriz Nizza da Silva “a um espaço diferente deveria corresponder também um comportamento diferente.” (SILVA, 1993, p. 272).

A instalação da Corte no Rio de Janeiro multiplicou as ocasiões de socialização pública, contribuindo para modificar os hábitos comuns à sociedade colonial e tidos pelos europeus contemporâneos como pouco civilizados ou orientais o que, no caso, queria dizer a mesma coisa. Um aspecto particular do cotidiano do Rio de Janeiro parecia querer macular esse projeto civilizatório de matriz europeia: a forte presença negra no espaço urbano da nova capital do Império português. Na primeira metade do século XIX a escravidão no Rio de Janeiro estava no seu auge. O aumento do tráfico era impulsionado pelo aumento do movimento comercial pelo qual passava a cidade naquele momento, aliado à mentalidade escravista reinante na sociedade colonial, que desprezava toda forma de trabalho manual (BARRA, 2015, p. 1-15).

1.2 Urbanização

O aumento da população branca aumentou a demanda por escravos para construir casas e edifícios públicos, assim como para trabalhar como criados domésticos. Dessa forma, a presença do negro escravizado no espaço urbano era, mais do que normal, vista como necessária. Segundo estimativa de Mary Karasch, entre 1808 e 1850, o Rio de Janeiro teve a maior população escrava urbana das Américas (KARASCH, 2000, p. 28). Para além da vida na nova Corte, havia uma forma de sociabilidade distinta. A condição dos negros, livres ou escravos, e demais setores subalternos da escala social, era um exemplo das permanências numa época de mudanças e dos limites daquele processo civilizador emanado da instalação da Corte.

A partir dos anos de 1830-1840 a urbanização incorporou-se às profundas transformações por que passavam a sociedade e a economia brasileira. Ela assume, de fato, uma dimensão estrutural: não é apenas território que acelera o processo de urbanização, mas a própria sociedade que torna cada vez mais urbana. As grandes cidades que vão se destacar no processo urbano são Rio de Janeiro e São Paulo, com grande núcleo urbano. Sede da administração colonial desde 1763 e do império a partir de 1822, o Rio de Janeiro concentrava a maior parte do aparato político administrativo do Brasil. Ao mesmo tempo, devido a sua situação geográfica, era o principal porto de exportação de café, posição que, no final do século, perderia para a cidade paulista de Santos.

Essas duas condições fizeram do Rio de Janeiro a primeira cidade brasileira que se modernizou durante o século XIX. O crescimento urbano e o progresso econômico mudavam, também, a estrutura social da cidade. A atividade comercial criava uma camada burguesa independente da velha oligarquia rural e impulsionava a burocracia administrativa. Dessa forma, à sombra do desenvolvimento econômico, vicejava uma nova classe média, cujos hábitos e preferências seguiam os figurinos de Paris, conforme atesta Claudio de Paula Honorato, na obra “Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro”:

A ideia de civilização, expressa a necessidade de transformar espaço, ou seja, civilizar o espaço da cidade do Rio de Janeiro, necessariamente significava naquele momento implementar as propostas estéticas existente nos países europeus, que significava adquirir qualidades necessárias para permanência da Corte (HONORATO, 2008, p. 48-49).

Para atender a toda essa clientela surgiram confeitarias, teatros, livrarias e sofisticadas lojas de artigos estrangeiros. Karl ou Carlos Von Koseritz, viajante alemão que esteve no Rio de Janeiro em 1883, admirava-se com o luxo e a variedade de mercadorias importadas que se pudessem comprar no magazine de Notre Dame de Paris, na rua do Ouvidor, “a maior casa de negócios do Brasil e talvez da América do Sul”, conforme escreveu. Suas vitrinas, seu sistema de atendimento, assemelhavam-se às grandes lojas francesas, descrita por Emile Zola. O francês era a língua oficial dos caixeiros. Para Fonseca,

A cidade do Rio de Janeiro tem o DNA das cidades portuárias do mundo, em contato com o mundo e em adaptações aos novos moradores, a cidade passou por intensas transformações urbanísticas e foi dotada de novas infraestruturas (FONSECA, 2018, p. 3-25).

O Rio de Janeiro passava a ser a principal capital brasileira no século XIX, com um grande núcleo urbano, onde os escravos vão fazer parte deste cenário no qual circulavam as famílias ricas, misturados com os negros, com as mucamas, amas de leite, mulheres que começavam a tomar espaço nas ruas.

1.3 A cidade e os escravos de ganho

No Brasil no século XIX, a escravidão de ganho foi não só uma forma de exploração do trabalho cativo, mas também um regime de trabalho típico do ambiente urbano. Na cidade do Rio de Janeiro, os escravos eram numerosos e empregados em diversas atividades econômicas no comércio ambulante, pequeno comércio, transportes, entre outras atividades que estava inserida na principal capital Rio de Janeiro. Luis Carlos Soares, em sua obra “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro no século XIX”, afirma:

Na cidade do Rio de Janeiro, os escravos de ganho, eram numerosos, e empregados em diversas atividades econômicas: comércio ambulante, pequeno comércio, quitandas, barbearias, entre outras atividades, através deste regime os escravos executavam seu trabalho, nos quais eram encarregados pelos seus senhores (SOARES, 2011, p. 1-35).

Desde o século XVIII, o Rio de Janeiro tornou-se o maior importador de mão-de-obra africana das Américas e um grande centro distribuidor de escravos para o resto do país. Cálculos efetuados por Cláudio de Paulo Honorato dão conta de que, entre 1790 e 1830, pelo porto carioca entraram no Brasil 17.023 africanos. Do que se pode concluir, que o volume de importações brasileiras através do porto carioca, tenha sido o maior do mundo. A capitania do Rio de Janeiro concentrou, ao longo de sua história, três importantes núcleos de demanda de mão de obra africana, como a produção de açúcar, a pecuária e a produção do café.

Honorato afirma que:

A capitania do Rio de Janeiro concentrou ao longo de sua história três importantes lucros de demanda de mão-de-obra africana no sudeste: a cidade e seu entorno, a região de Campos dos Goitacazes, com a produção de açúcar, e pecuária e alimentos onde estima-se que metade da população campista era construída de escravos, e no século XIX a região cafeeira do Vale do Paraíba (HONORATO, 2008, p. 63-64).

Com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, algumas consequências fizeram-se sentir, em alguns aspectos imediatamente, como o aumento populacional, pois cerca de quinze mil pessoas vieram com o príncipe. Além da imigração

estrangeira, nota-se um deslocamento da população em busca de novas oportunidades na capital Rio de Janeiro. Apesar das dificuldades administrativas o Rio progredia (SILVA, 1988, p. 44-45).

O século XIX foi vital para a transformação do Rio de Janeiro. Neste século vemos a formação do Estado nacional trazendo mudanças na organização política do novo país. Essa mudança no sistema político não modifica o modelo econômico, que continua na dependência do mercado mundial, como exportador de matéria-prima e importador de produtos manufaturados. A independência não se faz acompanhar de transformações nas estruturas econômicas e social. Mantem-se e amplia-se a escravidão. A cidade desenvolve o seu comércio, intensificando-se o movimento do comércio e da população e impõe uma nova forma de vida (SILVA, 1988, p. 46-47).

As necessidades variavam, porém, a mão-de-obra durante quase três séculos e meio eram a mesma. Era o negro lavrador, minerador, doméstico, observamos esses negros sendo destinados a atividades bem diferenciadas das que originalmente motivaram a retirada tão violenta de seu território (SILVA, 1988, p. 50-53).

O tráfico era comum na cidade do Rio de Janeiro, onde desembarcavam inúmeros escravos africanos, o tráfico era um negócio de alto risco, apesar do lucro que podia proporcionar. Nesse comércio escravo, havia muitos conflitos entre proprietários, fornecedores e autoridade locais, esses conflitos nos revelam que haviam na cidade interesses divergentes entre os diversos tipos de consumidores e fornecedores de escravos novos e que aqueles que estavam bem mais articulados com o poder central acabavam sempre vencendo esses conflitos, ou melhor conseguiam tirar melhor proveito dele para seu negócio, por outro lado através desses conflitos podemos perceber a existência de três grupos distintos de consumidores na cidade: havia os comerciantes estabelecidos que tinham armazéns para a venda de escravos novos, os ricos compradores que normalmente compravam à vista, com isso podiam escolher a melhor mercadoria ou melhor dizendo o escravo mais sadio, pronto para o trabalho (naturalmente os mais caros) e haviam aqueles compradores pobres que compravam a preços módicos os doentes, aleijados, e os velhos, mercadoria essa chamada de “refugo” e que não interessava aos grandes compradores da cidade, portanto, era de grande interesse defender os atravessadores, pois esses aumentavam o lucro de seus negócios (HONORATO, 2008, p. 67-68).

O comércio de escravos era feito Rua Direita, próximo a Alfândega onde os escravos desembarcavam, era a área mais movimentada da cidade. Segundo os dados levantados por Mary Karasch, na obra “A Vida dos escravos no Rio de Janeiro” em 1838 a população

cativa girava em torno de 97 mil almas, número que saltou para 205 mil em 1849 (KARASCH, 2000, p. 35-50).

Esse lucrativo comércio de escravos, que foi responsável pelas grandes fortunas do Rio de Janeiro e de todo o país, começa a encontrar dificuldades legais. Tratados e acordos que só existiram de fato no papel, tentando reprimir o tráfico. Entretanto ignorando certas leis e acordos, a população escrava continua a crescer.

Com relação à questão do crescimento natural dos escravos, sabe-se que não foi apoiado no Brasil. Circunstâncias geradas pelo desinteresse de investimentos na denominada “indústria de reprodução” e a facilidade de se adquirir africanos não compensava gastos e riscos da criação e manutenção de crianças cativas.

A origem dos escravos, a grosso modo, que entraram no Brasil, de acordo com as culturas que representavam; em sudaneses, principalmente dos povos iorubanos da Nigéria; *daomeanos*, *fanti-ashanti* da Costa do Ouro, em cultura *gineano-sudeneses* islamizadas ou dos negros maometanos, e em culturas bantas constituídas por inúmeras tribos dos seguintes grupos: angola, congolês e contra- costa (SILVA, 1988, p. 55-60).

Como reflexo da lei de sete de novembro de 1831, a qual declarava livre todos os escravos vindo de fora, o preço do escravo no Rio sofreu breve queda, porém o lucro continuou garantido, pois o preço na África também caíra, estimado em cerca de 3 libras, enquanto no Rio esse mesmo escravo era vendido por 100 libras (SILVA, 1988, p. 55-60).

A cidade viveu um desenvolvimento contínuo. Vivia do comércio como cidade-entreposto e capital. Em seus armazéns estavam centralizados produtos das províncias do Oeste, do Sul e em suas fábricas desenvolviam-se atividades artesanais de grande importância, em seu porto navios de todas as nações geravam dividendos à alfândega, para entrar com os escravos ao Brasil.

O comércio transatlântico provocou um dos maiores deslocamentos populacionais da humanidade e seus números comprovam essa magnitude. Aproximadamente 12,5 milhões de africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX, sobrevivendo cerca de 10,7 milhões ao fim da travessia. Renata Figueiredo Mores, em sua obra “A escravidão e seus locais de Memória”, afirma “que apenas na primeira metade século XIX estima-se a chegada de 42% dessa população, sendo uma parte deles destinada à região sudeste, principalmente entre os anos de 1826 e 1850” (MORAES, 2003, p. 5-26).

No Rio de Janeiro, o desembarque de africanos era feito em cais na Baía de Guanabara ou em locais improvisados, tendo essa cidade uma demanda maior por escravos

em comparação a outras áreas portuárias por conta do crescimento da exploração das minas e o aumento da construção de engenhos para o fabrico de açúcar (MORAES, 2003, p. 1-26).

O desenvolvimento da agricultura e, principalmente, a produção do café no último quartel do século XVIII também foram necessidades que provocaram um aumento no fluxo de africanos para o Rio de Janeiro, somado a instalação do Tribunal da Relação em 1752 e a transferência da sede do Vice-reinado, em 1763 (MORAES, 2003, p. 1-26).

Durante grande parte do comércio era feito na região central, atual Praça XV, ficando os africanos nos arredores e andando aos bandos, às vezes nus e, segundo os relatos da época, com infinitas “moléstias”. Os comerciantes varejistas mantinham suas lojas de “negros novos” em grande parte na rua Direita, permanecendo nessa área até por volta de 1825, mesmo após a criação do mercado do Valongo.

No entanto, essa grande circulação de escravos e do seu comércio dentro da cidade já vinha sendo reclamado por algumas autoridades. Em 1758, iniciou-se uma discussão por parte dos vereadores a respeito dos malefícios que essa atividade provocava para uma área urbana e densamente construída e habitada. A ideia era tirar da cidade esse comércio, levando-o para uma região mais afastada. O funcionamento do Cais do Valongo foi o período de maior entrada no Brasil de africanos destinados a escravização e teve seu ápice comercial na década de 1820. Esse comércio gerou avanços na tecnologia de navegação uma vez que eram necessários métodos cada vez mais seguros para o transporte de uma “mercadoria”, viva, entre um continente e outro. O local do embarque e desembarque deveriam ser seguros e de fácil condução dos escravizados. Esse infame comércio exigia uma meticulosa logística (MORAES, 2003, p. 1-26).

Nos locais do desembarque havia os barracões que tinham como finalidade servir para o depósito daqueles que chegavam desidratados, enfermos e esfomeados. Para esses, havia uma espécie de quarentena que servia para que pudessem se recuperar da viagem, ganhar peso, aprender um pouco o português e, assim, aumentar seu valor de venda. Nesse período recebiam muda de roupa e tinham suas chagas tratadas, às vezes tendo como base as “sangrias” feitas por “barbeiros” negros. Após essa recuperação, eram conduzidos para os galpões a fim de que fossem vendidos por comerciantes (MORAES, 2003, p. 1-26).

Esse cotidiano da escravidão no Rio de Janeiro foi documentado por viajantes e em especial pelo francês Jean Baptiste Debret que deixou registrado para os leitores

contemporâneos a cidade escrava. Esses registros iconográficos confirmam a ideia de uma “cidade negra” e também “cidade esconderijo”, uma vez que o convívio entre escravos e libertos acabava permitindo algumas fugas e novas relações sociais. Estrangeiros e africanos convivendo juntos numa cidade que pretendia ser a vitrine do Império no mundo civilizado.

Diante de tamanho contraste, como interromper a barbárie do comércio de homens? Apesar do seu auge, na década de 1820, após a vinda da família Real para o Brasil e a independência feita por D. Pedro, iniciou-se a negociação para pôr fim ao trânsito atlântico de africanos destinados a escravização para o Brasil. A lei que o eliminava foi assinada na Regência, em 1831, apesar de ter sido articulada pelo Imperador antes da sua abdicação. Com o fim da entrada de africanos para a escravização, o Cais do Valongo foi desativado, assim como todo o seu complexo nos arredores, entre eles os barracões que serviam de depósito. Esses locais foram queimados pelas autoridades brasileiras encarregadas de exterminar o comércio e também com a sua memória. A escravidão permaneceria ainda por muitas décadas e, por muitos anos ainda, a própria chegada de africanos no Brasil e no Rio de Janeiro, porém não mais pelo Valongo (MORAES, 2003, p. 1-26).

Com o grande número de escravos que chegavam no Rio de Janeiro, através dos portos, o Rio de Janeiro passou a ser a capital com maior número de escravos. Muitos senhores colocavam os escravos em atividade de ganho, seja no comércio, como acompanhantes das famílias nobres, lavadeira, cozinheira, mucamas, amas de leite. Os escravos ganharam o espaço urbano e se misturaram com seus senhores, suas famílias e viajantes, sendo comum a presença de escravos ao ganho circulando pela cidade fazendo seu trabalho.

1.4 Escravas de ganho e aluguel

Aluga-se uma preta que cozinha, engoma e lava, na rua dos Latoeiros n.8”.
(*Jornal do Commercio, 1850*)

Conforme observamos no anúncio acima, encontramos na cidade do Rio de Janeiro a escrava de aluguel e escrava de ganho. O que seria um escrava de ganho? Poderíamos dizer, utilizando uma linguagem atual, que era uma trabalhadora, pois essa escrava deveria, com seu trabalho, prover o próprio sustento e ainda levar para o proprietário parte do rendimento

de sua jornada. Seu senhor alugando o serviço das escravas de ganho a outrem, ganhava proventos pré-determinados que essa escrava traria quando retornasse, ao fim do dia ou da semana.

Ao senhor não importava como o escravo conseguia aquele dinheiro, nem se havia ultrapassado o limite determinado. Esta atitude estimulava atos ilegais, pois os escravos ao ganho, quando não conseguiam completar o valor da jornada, apelavam para os furtos ou para a prostituição. Todo excedente pertencia ao escravo de e o senhor respeitava essa regra, embora não existisse nenhuma lei que o garantisse (SILVA, 1988, p. 59-71).

São numerosos os relatos sobre roubos efetuados por negros ao ganho que constavam com a colaboração de negociantes ilegais. Entretanto é importante ressaltar que o sistema de ganho não poderia ser visto como um presente do senhor, uma dádiva ao escravo. Para continuar ao ganho, o escravo deveria, sob pena de castigo, não faltar com o pagamento da quantia imposta pelo senhor. Quantia essa considerada pelo proprietário escravo um direito do proprietário, depois de analisado como é a política do escravo ao ganho, daremos mais enfoque as escravas ao ganho (SILVA, 1988, p. 59-71).

Na primeira metade do século XIX, a presença de grandes contingentes de escravos nas ruas do Rio de Janeiro, foi um fenômeno muito comum, que impressionou inclusive muitos viajantes estrangeiros que visitavam a cidade. Uma parcela era considerável desses cativos era construída pelos escravos de ganho.

As escravas de ganho, vão tomar as ruas e o comércio, vão trabalhar em armazéns, nas casas dos senhores, como criadas, amas-de-leite, mucamas entre outras atividades que elas eram expostas. Joana de Moraes Monteleone em sua obra, “Costureiras, Mucamas, lavadeiras, e vendedoras”, cita que “ao longo de todo o século XIX, costurar em casa era muito comum. Esperava-se que as mulheres soubessem cuidar da roupa da casa, que incluía um sem número de remendos, recosturas e transformações além de inúmeras lavagens e do tempo dispendido passando as roupas todas” (MONTELEONE, 2019, p. 5-14). Para Monteleone, a atividade de ganho e de aluguel se confundem, onde as mesmas exerciam as mesmas atividades.

Todo esse trabalho significava um treinamento desde a infância, para as meninas. Nas famílias mais abastadas, não era incomum contratar-se, entre os diversos criados da casa, uma costureira para cuidar das roupas da família. Era um fenômeno que fazia parte da

cultura ocidental e, no Brasil, costurar, lavar e cuidar das roupas era dos mais importantes afazeres domésticos, ao lado da cozinha. Geralmente, esses afazeres eram feitos por escravas domésticas (MONTELEONE, 2019, p. 1-5).

Segundo Marina Maluf, em sua obra “Ruídos da Memória”, no espaço urbano, a identificação da condição social das camadas superiores podia ser feita na figura da mulher, que ostentava riqueza através das roupas, adereços, atitudes e gestos codificados pela moda” (MALUF, 1994, p. 188). Muitas vezes, nas visitas aos centros da cidade, as mulheres de elite iam na frente, seguidas por suas escravas, que também ostentavam símbolos de riqueza da família. Conforme a luta pela abolição da escravidão ganhava força e passava a ser mal vista em determinados círculos sociais a escrava negra dava origem a outro tipo de distinção social, a criada branca imigrante.

Foi nas cidades, com as mudanças de comportamentos e atitudes em relação às saídas das mulheres de elite às ruas, em meados do século XIX, que essa quantidade de criados e trabalhadores domésticos que se dedicavam aos cuidados com as roupas se multiplicaram.

Vania Carneiro Carvalho em sua obra, “Gênero e Artefato”, afirma que com a abolição do tráfico, em 1850, a crescente e intensa imigração estrangeira e o êxodo rural, os centros urbanos reuniram uma quantidade de mão-de-obra, basicamente feminina, disponível para esse trabalho. Desta forma, ao lado da criadagem escrava, que cuidava das roupas dentro das casas, surgiu um novo tipo de trabalho feminino especializado, ligado à confecção de roupas em ateliês de moda e lojas, as vendedoras, as modistas, as jornalistas de moda (CARVALHO, 2008, p. 248).

Na época, os criados domésticos em casas e sobrados urbanos se multiplicaram. Se para os homens pobres livres viver de pequenos serviços temporários era uma maneira de sobreviver, para as mulheres livres pobres tornar-se uma criada era uma maneira de conseguir alguma maneira estável de viver, com abrigo, roupas, comidas e, eventualmente, remédios, fornecidos pela patroa. No Rio de Janeiro, em 1870, “71% das mulheres ativas eram criadas, o que significava 34 mil mulheres trabalhando como mucamas, pajens, amas-de-leite, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, carregadoras de água, lavadeiras, passadeiras e costureiras. Brancas e negras, livres ou escravas, elas trabalhavam juntas, exercendo atividades semelhantes.” Muitas eram escravas, outras, mesmo livres, trabalhavam por casa e comida (CARVALHO, 2008, p. 248).

Além de se empregarem como criadas, Maria Odila Leite da Silva Dias mostra com suas pesquisas que algumas mulheres também podiam viver de pequenos expedientes ligados à lida doméstica, como vender quitandas ou fazer costuras para “fora”. Muitas, a imensa maioria, eram escravas, trabalhavam para outras mulheres, vendendo quitandas na rua ou levando e trazendo roupas limpas e costuras (DIAS, 1984, p. 133-140).

As condições desse abundante trabalho feminino eram as piores possíveis: sub-remuneradas (quando eram remuneradas), em posições subalternas e degradantes, vistas pelos patrões como disponíveis sexualmente, invisíveis dentro dos sobrados (MONTELEONE, 2019, p. 1-5).

Em sua obra “Proteção e obediência”, a historiadora Sandra Graham, faz um estudo sobre patrões e criadas, onde diz quanto ganhava uma costureira, além de evidenciar um hábito comum nas famílias cariocas: a presença de costureiras residentes e livres (GRAHAM, 1992, p. 35-50).

Uma costureira que morasse na casa esperava receber em torno de 18 dólares para coser à mão e à máquina, enquanto uma lavadeira portuguesa pedia cerca de 14 dólares pelos mesmos serviços. Uma doméstica, assim como uma mulher que ‘lave, carregue água, venda doces na rua’, ganhava entre oito e nove dólares. Para amamentar bebês, as donas de casa pagavam às amas de leite os salários mais altos de todos: 20 dólares por mês, além de casa e comida (GRAHAM, 1992, p. 27).

A historiadora recupera os preços de criadas de costura para mostrar como as costureiras faziam parte da criadagem doméstica de uma casa abastada. O cuidar das roupas implicava num sem-número de atividades diárias bastante extenuantes: lavar, secar, passar, engomar, costurar, remendar, que eram tão importantes para o cotidiano de uma casa quanto a constante feitura de alimentos para as mais diversas refeições (MONTELEONE, 2019, p. 1-5).

Muitas mulheres da Corte possuíam mucamas, escravas que cuidavam de suas jóias, cabelos e coisas, que as acompanhavam em compras na cidade ou nos banhos de mar recomendados pelos médicos, e que também cuidavam de suas roupas. Eram as mucamas que fechavam os broches de ouro, amarravam as correntes, davam corda nos relógios de bolso, apertavam os laços dos espartilhos, lavavam e passavam rendas e roupas de baixo, faziam bainhas. Lucíola, personagem de José de Alencar no romance com o mesmo nome da protagonista, mostra, numa cena, o papel das mucamas no cotidiano das mulheres abastadas

(ALENCAR, 2012, p. 113).

As mucamas, escravas de dentro de casa, dedicadas à senhora e às crianças, deveriam quase que, necessariamente, saber costurar, ao menos o básico, como fazer barras de vestidos, pregar botões, realizar pequenos remendos (MONTELEONE, 2019, p. 1-5).

Boas mucamas e lavadeiras, que sabiam costurar, lavar e passar, valiam bastante nos mercados que vendiam escravos, nas cidades brasileiras no século XIX. Diversos anúncios de jornal destacavam as qualidades de escravas costureiras, que podiam ser alugadas por dia.

Gilberto Freyre em sua obra “Os escravos nos anúncios de jornais no século XIX”, destaca um anúncio de Recife: “Precisa-se comprar uma mulata moça que seja perfeita costureira de agulha e tesoura, paga-se bem agradando as suas qualidades: na rua do Trapiche, Recife, n. 40, se dirá quem a pretende” (FREYRE, 1979, p. 9).

Além das costureiras, as lavadeiras tomavam conta das roupas das famílias abastadas, muitas vezes acumulando funções de costura e limpeza. Era um trabalho pesado, que ocupava muitas trabalhadoras em muitos dias da semana.

No começo do século XIX, Jean Debret em sua obra “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil” notava que: “Uma família rica tem sempre negras lavadeiras e uma mucama encarregada especialmente de passar as peças finas, o que a ocupa pelo menos dois dias por semana, pois uma senhora só usa roupa passada de fresco e renova mesmo sua vestimenta para sair uma segunda vez de manhã” (DEBRET, 1940, p. 274). As lavadeiras faziam parte da paisagem das cidades, causando brigas e confusões ao redor de bicas, chafarizes e rios (MONTELEONE, 2019, p. 6-11).

O comércio ambulante carioca apresenta uma grande variedade e quase todas as mercadorias eram vendidas por escravos de ganho, de ambos os sexos, eles ficam pelas praias, portas de igrejas, com seus cestos e tabuleiros, eram escolhidos escravos mais espertos, para o comércio, no qual procuravam atrair seus compradores com alto som sonoro, que misturavam o canto e o anúncio dos produtos (SOARES, 2011, p. 6-35).

As mercadorias vendidas eram verduras, doces, frutas, raízes, legumes, aves, ovos, carnes, panelas, vidro porcelana entre outros produtos. No ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano.

Com a vinda da Corte portuguesa, em 1808, o Brasil passou a ser um aspirante à

modernidade. O Rio de Janeiro deixa de ser, então, a capital da colônia e se torna sede do reino de Portugal, passando por uma série de transformações. Esse processo contou com uma testemunha privilegiada, o artista francês Jean-Baptiste Debret, que chegou ao Brasil em 1816, integrando a Missão Artística Francesa. Dentre os participantes da Missão, Debret se destaca pela herança que deixou: uma vasta coleção de aquarelas, gravuras e desenhos que retratam o cotidiano do Rio de Janeiro, revelando hábitos, costumes e as relações sociais que caracterizavam a cidade naquela fase de transição da colônia ao império independente.

A realidade era a principal fonte de inspiração de Debret; a base das cenas perpetuadas nas suas obras e que permanecem na contemporaneidade como imagens, muitas vezes cristalizadas, do que era a vida na capital carioca na primeira metade do século XIX. Muitas de suas obras relatam os escravos ao ganho na principal cidade carioca, Debret relata a vida dos escravos através de suas obras, agora veremos algumas de suas obras, onde as escravas de ganho está presente.



A Vida Urbana no Brasil-1831

Disponível: <https://www.google.com.br/search?q=obras+de+jean+debret+escravas+de+ganho>.

Acesso dia: 18 de outubro de 2019.

As obra, traz o relato das escravas de ganho na cidade do Rio de Janeiro, as chamadas quitadeiras, que estavam sempre presentes nas ruas da cidade vendendo seus produtos, como a imagem acima nos relata. Outra imagem que nos mostra as escravas de ganho na rua, era as vendedoras de arrudas, que estavam presente nas portas das igrejas, comércios, praças, vendendo produtos naturais, como folhas para chá, como arruda que também era utilizada como plantas medicinais, não somente arruda era vendido, mas outros produtos naturais para consumo. Nas obras de Debret, ele representa as escravas em todas as partes da cidade, seja

nas ruas, nos rios, e nas casas de seus senhores, pois era o seu cotidiano, que ali elas viviam na cidade do Rio de Janeiro.



O Vendedores de Arruda- 1835.

Disponível: <https://www.google.com.br/search?q=obras+de+jean+debret+escravas+de+ganho>.

Acesso dia: 18 de outubro de 2019.

As obras de Debret estão representando as mulheres no cotidiano do Rio, onde as mulheres estão presentes na cidade, seja elas como vendedoras, lavadeiras, carregadoras, existem várias obras que trazem o cotidiano, a maioria delas retratando os escravos ao ganho. Os escravos são os principais protagonistas das obras de Debret.

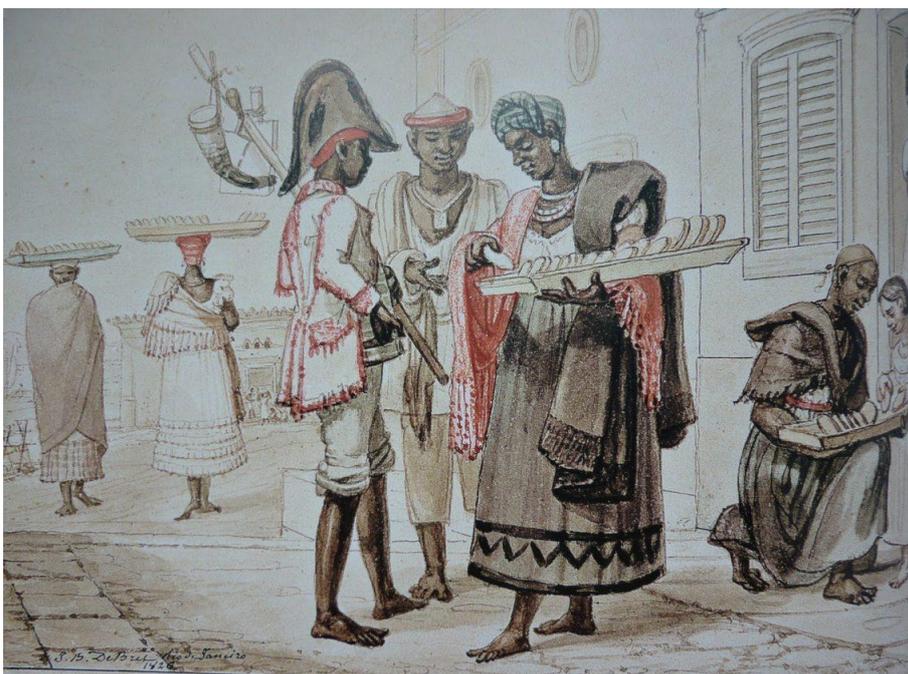


Lavadeiras do Rio das Laranjeiras- 1826

Disponível: <https://www.google.com.br/search?q=obras+de+jean+debret+escravas+de+ganho>.

Acesso dia: 18 de outubro de 2019.

Debret também traz as lavadeiras, as quais eram muito vistas na cidade do Rio de Janeiro, sendo no rio, chafariz, lavando as roupas de seus senhores, as lavadeiras do rio das Laranjeiras, traz um grupo de mulheres lavando roupas, elas se reuniam logo ao amanhecer para lavar as roupas e voltavam ao entardecer, lavando as roupas e deixando esticadas para secar, voltando para casa somente quando estivesse prontas e limpas. As escravas de ganho também exerciam suas funções nas ruas como quitandeiras, onde vendiam os mais diversos produtos, como a obra de Debret nos revela. Onde as escravas carregavam tabuleiros, com seus produtos para à venda.



Vendedora de Pão de Ló- 1830

Disponível: <https://www.google.com.br/search?q=obras+de+jean+debret+escravas+de+ganho>.

Acesso dia: 18 de outubro de 2019.

Mas não havia somente as escravas de ganho, havia também as escravas de aluguel, a diferença entre escravas de ganho e escravas de aluguel era que, enquanto o escravas de aluguel eram alugadas por seu senhor a outra pessoa, a quem prestava diversos serviços mediante ao recebimento de uma renda por parte de seu senhor não tendo assim a escrava nenhum ganho financeiro pelo fruto de seu trabalho. Já a escravas de ganho tinha autonomia para cobrar seus serviços e após separar a quantia do senhor, poderia ficar com o que sobrava, algo que muitas vezes não acontecia, podendo assim juntar dinheiro para no futuro comprar sua alforria. Embora mesmo utilizando-se de diversas artimanhas ou até trabalhando mais horas por dia era difícil ao cativo conseguir a quantia para comprar sua alforria, pois o senhor tachava o escravo tanto por dia ou por semana de acordo com a sua força, especialização profissional, e também nas condições que esse mercado estabelecia

(HONORATO, 2019, p. 54-56).

Os mais propensos a conquistar sua alforria eram escravos de ofícios especializados como: marceneiros, sapateiros, barbeiros, alfaiates, ou até mesmo carregadores da alfândega. Já as escravas de aluguel tinham situações pior porque lhes eram proibidas essas práticas, já que eram os senhores que tratavam diretamente o preço de seus serviços. Eram diversificadas as atividades das escravas ao ganho que atraía a atenção dos viajantes preocupados em registrar todos os aspectos da cidade. Uma multidão de cativos tomava conta da cidade oferecendo diversas mercadorias e transportando os mais diferentes produtos às vezes cargas bastante pesadas (HONORATO, 2019, p. 54-56).

Debret indica também a existência de muitas famílias brancas que tiravam seu sustento dos escravos de ganho que possuíam. As mais abastadas possuíam mais de cinquenta ou cem escravos de ganho a seu serviço, ambos os sexos. A escravidão urbana como todas as suas modalidades mesmo com todas as suas normas como forma de controle dava ao escravo de ganho toda a sua mobilidade mesmo que fosse muita pequena, podemos constatar isso nos pedidos de licença à câmara Municipal para colocar escravos ao ganho, pois havia pedidos de livres, libertos e até escravos para que seus pudessem andar ao ganho pela cidade (HONORATO, 2019, p. 60-65).

Tiago Costa em sua obra “Representações do negro na obra de Jean Baptiste”, afirma que a presença de escravos negros no país logo deixaria de ser simples elemento do exotismo do continente americano, transformando-se num dos aspectos fundamentais das caracterizações do Brasil, feitas pelos viajantes

Nas gravuras de cenas urbanas, a figura do negro é preponderante; o exotismo, ou o pitoresco de suas relações deram sustentações às teorias de Gilberto Freyre, para que a realidade da escravidão brasileira mantinha interações e sociabilidades que ultrapassam as estratégias brutais de dominação (COSTA, 2009, p. 1-8).

A realidade brasileira absorveu o olhar de Debret, que a apreende, no entanto, de acordo com categorias e referências europeias há uma representação bastante favorável dos tipos femininos. As negras são escravas e, no entanto, suas vestes e enfeites não correspondem, na maioria dos casos, à condição apontada pelo autor. Vestir bem os escravos que acompanhavam seus senhores em atividades públicas adquiria o valor de um reconhecimento social de prestígio.

A representação que Debret faz das mulheres negras, com atavios e esmerados

penteados, conota certa apreciação estética por parte do pintor. Uma tentativa de estabelecer paradigmas da beleza africana, mesmo as negras não obedecendo aos padrões ocidentais do belo, com cicatrizes e falta de dentes. Em relação ao negro, Debret mantém uma postura ambivalente, mostrando a diversidade de suas manifestações nas ruas do Rio de Janeiro, o qual revela grande sensibilidade. As festas, os enterros, as redes de sociabilidades que o escravo de ganho teria de traçar (COSTA, 2009, p. 1-8).

Debret não deixa de ser um artista neoclássico. No entanto, diante da realidade brasileira, o artista teria de reinventar-se a partir de referenciais de apreciação europeus, Jean Baptiste ilustraria o cotidiano do Rio de Janeiro, com sua população de índios, brancos e, sobretudo, negros (COSTA, 2009, p. 1-8).

Muitos autores que vieram ao Brasil nesta época vão relatar o cotidiano no Brasil, pois chamava muito a atenção tanto dos autores, como viajantes que passavam por aqui, onde o escravo era a principal atração do Rio de Janeiro.

Portanto, as escravas de ganho estão sempre presente no cotidiano da cidade grande seja elas nos estabelecimentos, nas ruas vendendo quitutes, ou até mesmo carregando produtos ou objetos pesados, dependia do tipo de tarefa que seu senhor mandava executar, muitas escravas estavam presente na casa dos seus senhores, seja lavando, passando, engomando, ou até mesmo amas de leite, elas exerciam seu trabalho até conseguir comprar sua alforria, que levava anos para conseguir, alguns jornais da época vão anunciar escravas ao ganho, mesmo após a lei de 1850 que proibia o comércio de escravo, mas isso não vai ser o suficiente para acabar com a escravidão que vai levar anos para ser abolida no Brasil, nos próximos capítulos analisaremos nos jornais da época como os serviços das escravas eram anunciados.

2. IMPRENSA CARIOCA, ANÚNCIOS E OFERTAS

Esse capítulo irá discorrer, brevemente, sobre a discussão historiográfica acerca do uso dos jornais como fontes de pesquisa histórica e, particularmente, sobre o uso dos anúncios como recurso que nos permitirá reconstruir, de forma aproximada, a atividade das escravas de ganho na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 1850 e 1860.

2.1- História e imprensa: uma aproximação

O reconhecimento da imprensa como fonte e objeto de pesquisa histórica tem como marco inicial a década de 1970. Segundo a historiadora Tania Regina de Luca, este período apresenta um número escasso de trabalhos que tinham como fonte jornais e revistas para o conhecimento da história do Brasil. Embora houvesse um reconhecimento da importância dos impressos, devido a sua introdução e difusão no país desde o século XIX, houve resistência por grande parte dos historiadores em escrever a História por meio da imprensa. De Luca (LUCA, 2005, p. 112) ressalta que

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.

A imprensa e o historiador vão ter um grande papel importante, embora os trabalhos sejam distintos, tanto os jornais como o historiador tem um papel perante a sociedade, para a reconstrução dos fatos, principalmente nas análises das fontes de pesquisa, no começo houve receio entre os jornalistas e os historiadores, mas hoje em dia se tornou comum. Os jornais tem uma grande importância pois podemos achar as fontes necessárias, e o historiador de interpretar elas, por mais que ambas têm opiniões diferentes.

De acordo com a historiadora Marcia Espig, no artigo “A relação entre a História e a Imprensa” a utilização de material jornalístico em trabalhos de cunho historiográfico vem

sendo, cada vez mais útil aos pesquisadores que se debruçam sobre períodos relativamente recentes de nossa história. Tal como fontes de outra natureza, este tipo de material enseja considerações teóricas e metodológicas específicas, a fim de que seu indiscutível potencial seja explorado em toda a sua plenitude (ESPIG, 1998, p. 270-289).

Ainda citando Espig, o jornal possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade: os jornais constituem-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo (ESPIG, 1998, p. 274-275).

Assim, a importância da imprensa periódica na historiografia contemporânea torna-se cada vez mais evidente, a relação estreita entre História e Imprensa nas últimas décadas, tem contribuído de forma significativa para o conhecimento histórico das sociedades do passado, o que levou os historiadores a renovar seus olhares e readaptarem seus posicionamentos e métodos frente a fonte jornalística (ESPIG, 1998, p. 278-279).

No Brasil, a historiadora Maria Helena Rolim Capelato (1988) identificou que na primeira metade do século XX, os historiadores brasileiros se posicionaram de duas formas em relação ao documento-jornal: Com desprezo, ao considerar os periódicos como fontes suspeitas, portanto sem validade; ou com enaltecimento, ao encarar o jornal como repositório da verdade, considerando as notícias como relatos fidedignos dos acontecimentos registrados. Estas concepções começaram a ser criticadas na segunda metade do século XX, e entraram em decadência junto com a noção de documento como espelho da realidade, da verdade e da objetividade.

Novas concepções e perspectivas sobre a fonte jornalística surgiram a partir da década de 70, período em que as críticas a História tradicional e seus métodos pela Nova História, direcionam os novos rumos da historiografia contemporânea e alteram não apenas o modo de fazer história, mas também os métodos sobre a análise e crítica de novos documentos (ESPIG, 1998, p. 275-277).

Esta ampliação das temáticas e abordagens contribuiu para a proliferação do universo das fontes, e a imprensa que antes era tida como fonte suspeita e sem credibilidade, passou a ser considerada como um material de pesquisa valioso e uma das principais fontes de informação e pesquisa histórica. O estudo da fonte jornalística permitiu ampliar os horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos sobre as sociedades do passado. Segundo Maria Helena Capelato.

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO, 1988, p. 21).

Com a ampliação do conceito de fonte, os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente os jornais como fonte e objetos de pesquisa histórica. As fontes da imprensa jornalística variam entre jornais locais, regionais, diários, revistas especializadas, militantes, alternativos ou de humor, que podem ser analisados em seus editoriais, colunas sociais, artigos, cartas aos leitores, crônicas, notícias, fotografias e uma infinidade de outras possibilidades (ESPIG, 1998, p. 275-277).

Com o avanço e a diversificação do uso da imprensa periódica nos campos de pesquisa e ensino, tornou-se necessário um aprofundamento teórico- metodológico por parte dos pesquisadores para o tratamento destas fontes. Em suas análises acerca sobre a História e a Imprensa, as historiadoras Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007), destacam que pouco se tem avançado em uma formação específica que prepare os profissionais para uma análise crítica destes materiais.

Como fonte de análise, o jornal pode ser estudado desde o ponto de vista dos editoriais até o das colunas sociais, passando pela diversidade de outros espaços que o compõem.

Para Capelato:

[...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes, as práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas (CAPELATO, 1988, p. 20).

O estudo da história através da imprensa deve estar sempre em diálogo com outras fontes, que colocam em cena outros sujeitos e práticas sociais, a partir de seu contexto (ESPIG, 1998, p. 275-277). Atualmente, as catalogações e constituições de acervos físicos e digitais de vários periódicos têm colaborado para um número cada vez mais elevado e variado de pesquisas e produções. Além dos acervos constituídos em museus, bibliotecas, centros de pesquisa e documentação, que disponibilizam os jornais para acesso também por meio de microfimes ou digitalizados (ESPIG, 1998, p. 278-279). No caso da nossa pesquisa, como já citado na Introdução, recorreremos ao acervo da Biblioteca Nacional, setor da Hemeroteca Digital, o que possibilitou acessar on-line fontes que sem esse recurso, não

teríamos condições de investigar.

Hoje em dia temos acesso as mais variadas fontes de pesquisa, o jornal se tornou uma delas, onde a imprensa e a história trabalham juntas, embora as opiniões sejam distintas, temos acesso as mais variadas fontes, com a tecnologia isso se tornou acessível para os meios de pesquisa, só devemos ter acesso a fontes verídicas, em sites confiáveis, para assim conseguir investigar e qualificar os meios de investigação, hoje em dia o jornal não está somente em folhas de papeis, mas se tornou um meio tecnológico, onde pode ser acessado facilmente para pesquisa.

2.2 Imprensa Carioca

Essa parte será dedicada à caracterização dos três jornais, nos quais encontramos ofertas de escravos de aluguel, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1850 à 1860, a saber: o *Diário de Rio de Janeiro (1850-1855)*, o *Correio Mercantil e Instruativo, Político e Universal (1850-1860)*, e o *Jornal do Commercio(1850)*. A tabela abaixo nos mostra a quantidade de anúncios que cada jornal analisado nos traz no período de 1850 à 1860.

Tabela 1- Quantidade de anúncios distribuídos nos jornais.

Jornal do Comercio	Diário do Rio de Janeiro	Correio Mercantil...	TOTAL
13	6	10	29

A tabela analisada traz os anúncios retirados dos três jornais que foram analisados, onde se encontra 13 anúncios no jornal do Comercio, 6 no Diário do Rio de Janeiro, e 10 no Correio Mecantil, totalizando assim 29 jornais dos três jornais analisados, a expectativa era encontrar mais anúncios. Então como podemos observar na tabela 1, não vai haver tanto anúncio de escravos devido a diminuição de cativos nos domicílios urbanos, e o processo de redução de escravos nas cidades, como cita Luis Carlos Sores (SOARES, 2011, p. 30-35).

O Diário do Rio de Janeiro foi um periódico publicado Rio, a partir de desde 1º de junho de 1821, tendo sido o primeiro jornal diário do país, inovando com a publicação de anúncios. Seu proprietário obteve licença do governo para abrir uma tipografia própria

para a sua impressão: a Tipografia do Diário. Foram seus editores Zeferino Vítor de Meireles e Antônio Maria Jaurdan. Embora fosse uma folha comercial, tinha linha editorial favorável à independência política do Brasil, tendo circulado até 1878. (BRASIL, 2014, p. 50-51).

Entre a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, ainda durante o período colonial, e o Primeiro Reinado, poucas publicações tinham licença para circular no Brasil: as exceções eram poucas, como a Gazeta do Rio de Janeiro e os demais impressos da Imprensa Régia. No entanto, e mesmo com o recrudescimento das pressões da censura, que se tornara implacável por conta eclosão do movimento constitucionalista português, o ano de 1821 se destacou pela abertura de novas casas impressoras no território nacional.

Por impulso da própria Coroa estabeleceram-se, aos poucos, os primeiros representantes da chamada imprensa áulica no Brasil, aquela que contava com o patrocínio do Estado e o defendia. Isso ocorreu sobretudo após a abertura dos portos, ocasião em que passaram a chegar no país impressos clandestinos variados, deixando a monarquia com uma certeza: nas palavras de Nelson Werneck Sodré, ela “precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as ideias que lhe eram contrárias” (BRASIL, 2014, p. 50-51).

Foi nesse contexto que Zeferino Vito de Meirelles, oriundo da Imprensa Régia, de onde ascendera de operário a vice administrador, obteve a autorização e os meios para lançar seu próprio jornal. Primeiro, Meirelles havia imprimido, na tipografia real, uma espécie de anúncio promocional: um “Plano para o estabelecimento de um útil e curioso diário nesta cidade”, onde relatava suas pretensões e detalhes sobre a publicação, que custaria a mensalidade de 640 réis (ou 40 réis por exemplar avulso), a serem pagos na loja de Manoel Joaquim da Silva Porto.

Impresso inicialmente na tipografia real, em março de 1822, Meirelles instalou sua própria tipografia, a Typographia do Diário do Rio de Janeiro, que passou a publicar a folha homônima (BRASIL, 2014, p. 50-51).

Werneck Sodré, em sua “História da imprensa no Brasil”, relata o seguinte sobre o periódico:

Aparecendo quatro dias antes do juramento das Bases da nova Constituição, portuguesa, isso em nada alterou a sua orientação, desde que a folha era deliberadamente omissa nas questões políticas. Foi, realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. Diário, ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas,

achados, aluguéis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros. O jornal aparecia até às oito horas da noite e os interessados encontravam na livraria de Manuel Joaquim da Silva Porto e em outros pontos da cidade caixas onde deveriam lançar os seus escritos, até às 16 horas. (...) Do ponto de vista da imprensa, como a entendemos hoje, [o jornal] foi precursor originalíssimo, e teve todas as características do jornal de informação. Do ponto de vista político, entretanto, em nada alterou o quadro. Se não fez o aulicismo da fase anterior, em vias de ser rompido, não realizou também nada em contrário (BRASIL, 2014, p. 50-51).

Sobre um dos nossos jornais, o *Diário do Rio de Janeiro*, temos informação de que era matutino sendo um jornal de comércio, onde se anunciava vendas e aluguéis de escravos na mesma seção em que se ofertavam objetos, casas, entre outros produtos. A escrava era associada a uma coisa, um objeto, um mero produto do qual se extraía lucro.

No *Diário do Rio de Janeiro* do dia 14 de abril ano de 1850, encontramos os seguintes anúncios:

Aluga-se uma preta rapariga, com muito e abundante leite, na rua d' Alfandega n. 107.

(ver anexo 1)

Aluga-se uma muito boa ama de leite, mucama, recolhida sabendo perfeitamente tratar de uma creança; na rua da Misericórdia n. 112, 2º andar.

(ver anexo1)

Recebe-se uma creança para criar de leite; na rua das violas n. 108.

(ver anexo 1)

Como podemos ver nos anúncios acima estão sendo alugadas três amas de leite.

O palavreado era natural naquela época, sendo que referências tais como “preta rapariga”, aludia à mercadoria qualquer, que está ali para ser vendido ou alugado, sem nome próprio, sem identidade. Uma “rapariga”, significando uma jovem, uma moça; “preta”, significando obrigatoriamente, uma escrava. O período que estamos analisando foi marcado pela promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581), em 4 de setembro de 1850. A escolha dessa primeira década após a lei que extinguiu o tráfico de escravos para o Brasil não foi aleatória, visto pretendermos observar se houve uma diminuição nos anúncios de oferta de serviços prestados pelas escravas de ganho ao longo desses anos, nos jornais em questão.

Um segundo jornal que escolhemos como fonte de pesquisa, é o *Mercantil e Instructivo Político e Universal*, jornal diário que circulou no Rio de Janeiro entre 2 de janeiro de 1848 e 15 de novembro de 1868.

Tendo em vista que a maior parte dos jornais da época tinha circulação efêmera (HEINEBERG, 2008), percebe-se a importância deste periódico, que aderiu abertamente às ideias liberais e que conseguiu manter sua presença por duas décadas na capital imperial.

Além das questões relacionadas à política, a literatura tinha espaço garantido nas páginas do diário, tanto na forma de folhetins e crônicas, quanto pela presença de dois literatos de peso na redação do jornal, em diferentes períodos: José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida²

O *Correio Mercantil e Instructivo Político e Universal*, compunha-se de quatro páginas, divididas em colunas que abrigavam seções diversas, tais como “Exterior”, “Notícias Diversas”, “Avisos Marítimos”, “Anúncios”, “Leilões”.

O *Correio Mercantil e Instructivo Político e Universal*, era um jornal de época onde os anúncios também estavam muito presentes. Havia vários anúncios, não somente de escravos, mas também de outros produtos e objetos tais como vendas de casa, de alimentos, locação de casas, havendo também partes destinadas à literatura, crônicas e autores da época.

No *Correio Mercantil e Instructivo Político e Universal*, do dia 24 de julho ano de 1860, identificamos anúncios ofertando escravas de ganho, nos seguintes termos:

Para todo os serviço (sic) Aluga-se uma preta que lava, cozinha e faz compras; na rua Municipal n ° 21.

(ver anexo 2)

Preta para alugar. Aluga-se uma preta para todo os serviço de uma casa; na rua do Senado, n° 7.

(ver anexo 2)

Os anúncios acima ofertavam uma preta para lavar, cozinhar, fazer compras e “todo os serviço”, inferindo-se que se tratasse de atividades voltadas para serviços domésticos. Constatamos, que os anúncios eram escritos em letras grandes para chamar a atenção da pessoa que estivesse lendo, conforme se pode atestar na imagem do anexo 2. Observamos, ainda, que a palavra *preta* se repete constantemente, pois eram assim que se referiam às escravas: pretas, mulatas, negras.

Em vários jornais os anúncios se referem a serviços domésticos, como cozinhar, lavar, engomar, ir à feira. As famílias de alto padrão socioeconômico tinham várias escravas voltadas para serviços domésticos, as senhoras não tinham esse compromisso com a casa, não era obrigação delas fazerem, mas sim da escrava, então, em muitas casas de senhores, haviam mais de uma escrava que tinha essas funções referentes a parte doméstica.

² José de Alencar: José de Alencar (1829-1877) foi um romancista, dramaturgo, jornalista, advogado e político brasileiro. Foi um dos maiores representantes da corrente literária indianista. O principal romancista brasileiro da fase romântica.

Manuel Antônio de Almeida: Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) foi um escritor brasileiro. Autor de um único romance, "Memórias de Um Sargento de Milícias". Fez parte da geração romântica. É patrono da cadeira nº. 28 da Academia Brasileira de Letras.

Terceiro jornal selecionado para análise é o *Jornal do Commercio*. Publicado desde 1º de outubro de 1827, segundo José Caldeira o *Jornal do Commercio* é o segundo periódico diário mais antigo do Brasil em circulação ainda hoje, bem como um dos mais antigos de toda a América Latina, perdendo apenas para o Diário de Pernambuco. Foi fundado pelo tipógrafo parisiense Pierre René François Plancher de La Noé, que, fugido de seu país por sua convicção bonapartista, já que a Restauração havia levado Luís XVIII ao trono francês, instalou-se na Corte brasileira em 1824, acompanhado por artesãos gráficos, prelos de ferro, caixas de tipos, livros e outros materiais raros ou inexistentes no Brasil (CALDEIRA, 2013, p. 1-5).

Após fundar sua própria oficina, a Imperial Typographia, no centro do Rio de Janeiro, o jornal pretendia explorar o mercado até então monopolizado pelo *Diário do Rio de Janeiro*. Tinha caráter estritamente comercial, como seu próprio nome indica. Isso, além de sua tradicional linha conservadora foi, possivelmente, um dos fatores que permitiram sua longevidade, ao contrário dos demais periódicos da época (CALDEIRA, 2013, p. 1-5). Sua duração foi do Primeiro Reinado até a redemocratização brasileira com o fim da Era Vargas, quando passou a integrar, em 1959, a rede de comunicação Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

Em suas diversas fases, o jornal contou com o trabalho e a colaboração de nomes proeminentes da imprensa, da política e da cultura nacionais, como o visconde de Taunay e o barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, José de Alencar, Homem de Mello, Félix Pacheco, Alcindo Guanabara, Austregésilo de Athayde, entre outros. Ao chegar ao Rio de Janeiro, Pierre Plancher teve que provar às autoridades brasileiras que não era um falsário, como a Legação da França o havia classificado previamente. Após conseguir a anulação de um decreto que o expulsaria do país, que já estava pronto antes de sua chegada, aproximou-se de Dom Pedro I, tornando-se amigo do imperador (CALDEIRA, 2013, p. 1-5).

Essa amizade facilitou para o francês a permissão para estabelecer sua tipografia e para se identificar como Impressor Imperial, vindo a imprimir, inicialmente, folhetos, leis, livros e papéis avulsos, que eram vendidos em loja própria, primeiro no nº 60 da Rua dos Ourives e depois no nº 80 da Rua do Ouvidor, junto com livros trazidos da França (CALDEIRA, 2013, p. 1-5).

Em 28 de junho de 1824, o tipógrafo lançou o primeiro periódico da Imperial Typographia, *O Espectador Brasileiro*, de linha absolutamente crente na monarquia constitucional, expressa nos textos do próprio impressor, que assinava como “Um francês brasileiro”. No entanto, isso não impediu a folha de deixar de circular em 23 de maio de 1827,

por divulgar, em meio a uma polêmica, um texto de um colaborador considerado ofensivo à Assembleia Geral do Império por partir em defesa do brigadeiro João Vieira Carvalho, então conde de Lajes e ministro da Guerra. Quando voltou à iniciativa impressa diária, ao lançar o *Jornal do Commercio*, em 1º de outubro, Plancher optou por voltar a nova folha a assuntos econômicos e comerciais, deixando temas políticos em segundo plano (CALDEIRA, 2013, p. 1-5).

Ao lado do tipógrafo francês, o recém-fundado *Jornal do Commercio*, que apareceu em edições de quatro páginas de 30 x 21cm, tinha como redator Émile-Seignot Plancher, filho do tipógrafo, então com apenas 16 anos, que tinha seu nome impresso na última página do jornal como demonstração de que o periódico era diferente d'*O Espectador Brasileiro*. O grupo de redação era ainda composto por João Francisco Sigaud, Francisco de Paula Brito, Júlio César Muzzi e Luís Sebastião Fabregas Surigué, além de colaboradores como José Clemente Pereira e Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, o marquês de Barbacena (CALDEIRA, 2013, p. 1-5).

Nelson Werneck Sodré, na “História da imprensa no Brasil”, esclarece um pouco do caráter político dos primeiros donos do *Jornal do Commercio*, de origem francesa, citando a prática de impressão de pasquins de crítica virulenta tanto liberal quanto conservadora, ou seja, contra ou a favor de Dom Pedro I, comum às tipografias que lançavam jornais “maiores” no cenário político entre o Primeiro Reinado e a Regência. O desequilíbrio de informações sobre os jornais citados, se dá devido a falta de materiais, e informações.

O bom momento do *Jornal do Commercio*, então, se deu muito pelo distanciamento do fogo cruzado entre os partidos políticos Liberal e Conservador, durante a Regência. O periódico era mesmo criticado por não tomar posição, restringindo-se a assuntos de ordem econômica e à divulgação de atos oficiais. Sua linha, longe de polêmicas, refletia-se nos interesses de seus próprios donos: Villeneuve fazia parte do grupo de capitalistas que fundou a Associação dos Assinantes da Praça do Comércio, em 1834, que se transformaria numa instituição com a qual o *Jornal do Commercio* manteria estreitas ligações, ao longo do tempo: a Associação Comercial do Rio de Janeiro (CALDEIRA, 2013, p. 1-5).

No que se refere aos anúncios de escravas de ganho, o *Jornal do Commercio*, do dia 18 de setembro ano de 1850, publica:

Aluga-se uma preta sem vícios, para lavar, e quitandar (sic), sem vícios, menos para casa de consignação; na rua S. Pedro n. 186, loja das fazendas.

(ver anexo 3)

A menção aos vícios estava relacionada principalmente à questão da bebida alcoólica e do fumo, visto que muitos dos senhores não gostavam. A procura por escravas lavadeiras era constante nos anúncios levantados na pesquisa. Inclusive há registro de imagens de negras lavando roupas, como atestam algumas telas pintadas por Jean Debret ao retratar a paisagem urbana do Rio de Janeiro do período.

As escravas de ganho eram mandadas também para “quitandar”, ou seja para vender frutas, legumes, verduras na cidade, onde elas vendiam nas ruas da cidade, em frente a igrejas e comércios, onde havia a constante entrada e saída de pessoas.

Os escravos de ganho podiam exercer seus trabalhos tanto na casa do seu senhor, como na rua, isso dependia muito para onde, o senhor os mandava. Mas também havia a possibilidade de o escravo morar em locais distantes da casa senhorial e até mesmo as diferentes formas de usar a residência de seus proprietários caracterizaram, igualmente, o cativo urbano, permitindo, inclusive, a maior mobilidade escrava nas ruas.

De acordo com Santos

Os cativos podiam habitar em sótãos, ou porões, ou então pequenos quartos úmidos e com parca ventilação que normalmente ficavam próximos a cozinha ou o quintal. Os escravos domésticos, maioria da população cativa urbana e principais habitantes desses tipos de moradia, além do firme controle de seu amo, também lidavam com uma intrincada rede restritiva, que transformou bairros das cidades sulistas em verdadeiras prisões. As ruas eram muito estreitas, havia muros altíssimos que separavam as casas, inúmeros becos sem saídas, enfim, parte significativa dos escravos viviam em constante clausura, tendo que ressignificar esses espaços na medida do possível (SANTOS, 2006, p. 23-26).

Ao abordar os escravos que trabalhavam no comércio e nas ruas cariocas, Karasch demonstrou que os limites desses cativos se faziam sentir à noite quando eram trancados para dormir amontoados no chão, às vezes acorrentados, nos próprios locais de trabalho. Os escravos domésticos, segundo a autora, não tinham diferente sorte: seus limites eram casas e quintais de seus proprietários (ao mesmo tempo, local de trabalho e de morada), pois não era usual que os escravos pertencentes aos senhores e às senhoras tidos como distintos, fossem vistos nas ruas, a não ser na ocasião em que os acompanhavam à missa. A moradia escrava fazia parte das muralhas invisíveis do Rio de Janeiro (KARASCH, 2000, p. 28).

Como observamos, foram três jornais importantes que circularam na principal capital daquela época, o Rio de Janeiro, que traziam anúncios repletos de ofertas de aluguéis de escravas. A maioria dos anúncios referia-se ao aluguel de escravas mulheres, para trabalhar tanto nas casas, como nas ruas. As escravas de ganho tinham uma certa autonomia nessas funções, embora dependessem da aprovação prévia do senhor. Nesse sentido, há vários relatos

de escravas de ganho, que moravam em casa alugada, e circulavam livremente; como também, e parece que essa era a regra geral, os que moravam com a família do senhor, sofrendo as situações precárias de alojamento que os confinavam a porões, cortiços, entre outros lugares insalubres.

2.3 Os anúncios e as ofertas

Como vimos, a imprensa foi um meio muito utilizado para anúncios de escravas nos jornais. Nas décadas de 1850 e 1870 esse fato ficava evidente nos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro, sendo possível observar que a maioria das demandas publicadas em relação ao mundo do trabalho se referia ao serviço doméstico. Muito dos anunciantes iam aos jornais para anunciar sua mercadoria, a grande maioria dos anúncios se referem as mulheres. Os jornais vão usar muito da expressão nos anúncios, para venda ou alugueis de escravos: *mucamas, banzo, cangulo, banguelo, pretas*, entre outras palavras, que se referem aos escravos como podemos ver nos anúncios abaixo.

Aluga-se na rua da Imperatriz n. 24 uma preta livre, que lava engoma, cose e cozinha muito bem, não duvida do fiador, à sua conduta; é pago adiantado o seu aluguel.

(Diário do Rio de Janeiro 14 de outubro de 1850)

E também no mesmo jornal:

Aluga-se uma preta boa cozinheira do ordinário, lavadeira e engomadeira; na travessa do Desterro n. 12 sobrado.

(Diário do Rio de Janeiro 14 de outubro de 1850)

Precursor da pesquisa sobre escravidão tendo como fontes os anúncios de jornais, Gilberto Freyre, em sua obra “Os escravos nos anúncios de Jornais Brasileiros do século XIX”, afirma que os

Anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação de certos aspectos do nosso século XIX (...). Os anúncios são cheios de linguagem de origem africana ou tupi-guarani como: sapiranga, cassaco, cambiteiro, açã ou assa, mulambo, os anúncios relativos aos escravos são os mais francos, os mais cheios de vida, os mais ricos em expressões brasileiras (FREYRE, 1961, p. 60-70).

Nos anúncios dos jornais, podemos perceber que a oferta era principalmente feminina, requerida para os serviços domésticos, como também para serviços de venda, pelas ruas da cidade, dos mais variados produtos. As mulheres foram as mais anunciadas nos anúncios, principalmente para o serviço doméstico e precisavam saber “lavar, coser, gomar e cozinhar” para famílias de grande, médio e pequeno porte.

Como os jornais abaixo trazem:

Aluga-se por 10 \$ rs. Uma preta que cozinha, lava, faz compras e mais serviços de casa; na rua Santa Luzia n. 42.

(Diário do Rio de Janeiro 27 de agosto 1850)

E, também:

Aluga-se uma preta que cozinha, engoma e lava; na rua do Latoeiros n. 8.

(Diário do Commercio 18 de agosto de 1850)

A utilização de trabalhadoras cativas para os serviços em casas de famílias mais abastadas será uma atividade muito comum no Brasil Imperial. Luiz Carlos Soares afirma que os escravos domésticos eram “melhores” tratados e chegavam até a ficar numa posição superior na hierarquia da população cativa. Entretanto este “melhor” tratamento existia apenas nas famílias remediadas e ricas, onde havia maior especialização dos cativos domésticos, tanto para os serviços internos como para os externos, enquanto que nas famílias mais pobres os escravos eram obrigados a desempenhar uma série de tarefas, havendo um menor grau de divisão do trabalho doméstico (SOARES, 2007, p. 50).

O preço de cativos não aparece determinado nos anúncios, sempre ocorre menção de “ir até o endereço” do periódico, mas não está explícito nos anúncios, quem está alugando se é o seu dono, ou se são as casas de consignação, que também exerciam a função de venda de escravas de ganho.

Em seus relatos sobre sua experiência com escravos alugados, Expilly³ destacou os anúncios como o recurso mais disseminado e utilizado por aqueles que procuravam ou ofereciam um escravo alugado para o serviço doméstico. Segundo o viajante francês, no Brasil, os jornais preenchiam um papel importante não apenas para demandas comuns de uma economia mercantil que se industrializava e se tornava mais financeira, mas favoreciam transações que serviam aos interesses particulares e familiares da sociedade, como era o caso

³ Jean-Charles Marie Expilly (1814-1886) viveu no Brasil em meados do século XIX. Ao contrário de muitos viajantes europeus, ele não foi trazido em missão do governo. Veio enriquecer, fazer fortuna, faire l'Amérique.

das buscas e ofertas de criados de servir. Destacando a relevância da seção de anúncios de grandes periódicos como o *Jornal do Commercio*, Expilly afirmou que seriam os anúncios de aluguel e de venda, sobretudo aqueles relativos a escravos, que garantiam as assinaturas de muitos jornais.

Nos anúncios, locadores e locatários de escravos domésticos, por meio de pequenas chamadas do tipo “aluga-se” ou “precisa-se alugar”, apresentavam as especialidades dos escravos, a condição, a idade, os traços físicos e de saúde dos cativos oferecidos, bem como características pessoais ou profissionais dos escravos. Além disso, em alguns anúncios constavam as condições do acordo para os alugueis, como era o caso da forma e do valor do pagamento estipulado pela locação, que eram combinados nos endereços publicados para a procura do anunciante ou por meio de cartas trocadas nos escritórios dos jornais (SOUZA, 2017, p. 150-200).

Ao se observar os anúncios de aluguel de escravos, percebe-se, de imediato, que uma característica comum entre a maioria das demandas e ofertas de aluguel de criados dizia respeito ao fato de que a maioria dos trabalhadores anunciados desempenhavam mais de uma atividade.

Embora muitos anúncios fossem relativos a escravos que executavam apenas uma função ou fossem para “todo o serviço” sem especificação das tarefas para quais estaria capacitado a realizar era comum que os escravos domésticos alugados realizassem várias atividades. Assim, havia cozinheiras que também costuravam ou lavavam e engomavam; cozinheiros que serviam como copeiros; amas de leite que tinham experiências como mucamas ou com o cuidado de crianças.

Eis os exemplos:

Aluga-se uma pardinha livre, para ama, a qual tem bom leite, e é de bons costumes; na rua do Ouvidor n. 15.

(Jornal do Commercio 15 de abril de 1850)

E, outro:

Aluga-se uma preta boa ama de leite, muito carinhosa para crianças. No beco do Suspiro n. 9 loja.

(Jornal do Commercio 25 de agosto de 1850)

Em outros anúncios, encontram-se pistas de que os escravos domésticos poderiam igualmente realizar atividades extensivas ao espaço do domicílio,

desempenhando, por exemplo, atividades do pequeno comércio, como carregar tabuleiros e fazer atividades de quitanda.

Pode-se supor que, em todos os casos, nos domicílios em que se empregavam escravos alugados, estes deveriam apresentar habilidades para o desempenho de múltiplas funções ou várias especialidades, tendo em vista que o emprego de cativos por meio do aluguel parece ter sido mais disseminado em domicílios menos abastados, onde a exploração da força de trabalho cativa provavelmente foi mais intensa. Afinal, apenas nos domicílios de grandes proprietários escravistas era possível haver maiores especializações e divisões de trabalho entre a criadagem escravizada (SOUZA, 2017, p. 150-200).

Desde meados do século XIX até o início do século XX, além dos aluguéis estabelecidos entre locadores e locatários de maneira particular, muitos acordos de aluguel de criados domésticos ocorriam por meio de agenciadores, que, igualmente, costumavam publicar anúncios nos jornais diários. Tratava-se de negociantes que poderiam agir de modo independente, mas que, na maioria das vezes, possuíam escritórios ou estabelecimentos, denominados geralmente de agências de locação, casas de comissões ou companhias, nas quais se agenciavam trabalhadores domésticos, especialmente escravos, para serem alugados em domicílios da cidade do Rio de Janeiro.

Os agenciadores operavam por intermédio de taxas a serem pagas tanto pelo locador que desejava alugar seus cativos ou o próprio trabalhador, quando livre, quanto o locatário que alugava um criado doméstico por intermédio de agenciadores. Além disso, muitos desses estabelecimentos comerciais, em decorrência do volume de capitais que mobilizavam, poderiam exercer outras funções, como as que estavam ligadas aos negócios com penhores, hipotecas, imóveis, empréstimos de dinheiro e tramitações de documentos, o que ocorreu de forma mais disseminada antes da propagação do sistema bancário, em desenvolvimento no período (SOUZA, 2017, p. 150-200).

Certamente, a concentração de agenciadores no setor do serviço doméstico no final do século XIX foi uma consequência das mudanças pelas quais passaram os estabelecimentos ligados ao comércio de escravos quando das últimas décadas da escravidão no Brasil. Tendo em vista o exposto, pode dizer que grande parte da organização e da dinâmica do serviço doméstico no que se refere ao recrutamento e à colocação dos trabalhadores na cidade do Rio em finais do século XIX dependia, por certo, das operações realizadas pelo agenciamento de criados e de criadas (SOUZA, 2017, p. 150-200).

3. SERVIÇOS ANUNCIADOS NOS JORNAIS

Neste capítulo faremos um levantamento dos serviços prestados pelas escravas de aluguel que foram anunciados nos jornais que estamos analisando. Em sua obra, “A casa, a quitanda e a ‘venda’”. Os limites da escravidão na literatura no século XIX no Rio de Janeiro”, Flávio Amparo afirma que “o comércio do Rio de Janeiro era uma das inspiradas carreiras que prometiam ascensão econômica não somente para comerciantes brancos que montavam negócios na Corte, mas também para o negros e pardos que já eram livres, que exerciam a atividade comercial, as mulheres também estavam ligadas na cidade em comércio, armazéns, quitandas entre outros estabelecimentos que as escravas estavam inseridas”. Agora observaremos um dos anúncios citados pelos jornais.

Aluga-se uma escrava sabendo cozinhar, ensaboar, e demais serviços de casa, na Rua da Misericórdia n. 112.

Diário do Rio de Janeiro-1850.

O jornal é o Diário do Rio de Janeiro, de 1850, que trazia muitos anúncios de escravas para venda ou aluguel, como se depreende pelo anúncio acima. Muitos dos jornais traziam ofertas de mulheres escravas para serviços domésticos da casa, as escravas deveriam saber o básico do serviço doméstico, afazeres da casa, tais como cozinhar, que era considerada tarefa as escravas de ganho tinham que ser executado muito bem. Sandra Graham em sua obra “Proteção e Obediência: criados e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910” afirma que cozinhar foi o serviço mais requisitado nos anúncios publicados. Esse tipo de serviço era requisitado em praticamente todos os lares da cidade e, assim, ser cozinheira poderia significar ganhar bons jornais de trabalho, quanto maiores a habilidade na cozinha maior era pago o valor ao escravo (GRAHAM, 1992. p. 45-46).

Outra atividade exercida pelas escravas era a de lavadeira e de engomadeira, onde elas deviam lavar e engomar as roupas do senhor e de sua família, pelo qual era alugada, como o anúncio abaixo cita.

Vende-se uma preta que lava, engoma, cose e cozinha o ordinário de uma casa, advertindo-se que não serve para negócio para ser de muita baixa estrutura, convem (sic) de alguma família que queira uma escrava fiél (sic), e para todos os

tipos de serviços que lhe oferecer, para ver na rua nova da Conceição perto da Imperatriz casa sem número na Rua do Sacramento n. 11 loja.

Diário do Rio de Janeiro-1850.

O jornal é o do “Diário do Rio de Janeiro”, de 1850, onde no anúncio vende-se uma escrava para as seguintes atividades, lava, engomar, cose e como já citado cozinhar. As lavadeiras tomavam conta das roupas das famílias abastadas, muitas vezes acumulando várias outras funções. Lavar consistia em um trabalho pesado, que ocupava muitas, escravas e poderia se estender por semanas. No começo do século XIX, Debret, em sua obra Monteleone, registrava que: “Uma família rica tem sempre lavadeiras e uma mucama negra encarregada especialmente, de passar as roupas finas”, como cita (DEBRET, 1940, p. 274). “As lavadeiras podiam ser vistas pela cidade durante todo dia, e constituíam um grupo grande de escravos colocadas para serem alugadas”. Maria Graham, quando chegou ao Rio escreveu:

Logo à entrada do Vale, uma pequena planície verde espraia-se para ambos os lados, através da qual corre o riacho sobre seu leito de pedras, oferecendo um lugar tentador para grupos de lavadeiras de todas as tonalidades, posto que o maior número seja de negras; Geralmente usam um lenço vermelho ou branco em volta da cabeça, uma manta dobrada e presa sobre um ombro e passando sobre o braço oposto, com uma grande saia. É a vestimenta favorita. Algumas enrolam uma manta comprida em volta delas, como indianos. Outras usam uma feia vestimenta europeia, com um babadouro bem deselegante amarrado adiante (GRAHAM, 1956, p. 177).

Também o jornalista francês Charles Ribeyrolles, notava a profusão de escravos na cidade, muitos dos quais ligados ao tratamento das roupas, tanto como mucamas, como lavadeiras: “A segunda divisão do povo negro, no Rio de Janeiro, constitui a classe numerosa dos criados de aluguel (MONTELEONE, 2019, p. 4-5). A maioria dos escravos de aluguel estavam ligados aos cuidados com as roupas, cada escrava tinha uma função específica para os cuidados com as roupas.

Amas-de-leite era outra atividade que as escravas “mães” que estivessem amamentando seus filhos exerciam.

Aluga-se uma excelente ama com muito e bom leite, a qual sabe tratar bem de uma criança; na rua Direita n. 6.

Jornal do Commercio 1850.

Na obra, *As amas de leite e a regulamentação da biomédica do aleitamento* Caroline Barbieri e Márcia Couto, afirmam que “As amas de leite também eram muito anunciadas nos

jornais, o termo ama de leite refere-se à “mulher que amamenta criança alheia; ama de leite, criadeira, o ato da amamentação carrega em si múltiplos valores, sentidos, crenças e práticas (BARBIERI, 2012, p. 1-16).

Segundo as autoras citadas, a substituição do aleitamento materno por outras formas como substitutos do leite ou pela amamentação de outra criança na forma de aluguel é muito antiga, se tornou uma prática popular, onde a alta demanda no século XVIII, ocasionou uma carência de amas no mercado. Havia dois modelos de trabalho das amas: aquelas que eram contratadas para trabalhar no domicílio da família, as chamadas amas internas, e aquelas que recebiam os filhos em suas casas, as amas externas. Casos em que se recorria à amas de leite, ocorriam quando a mãe branca, não produzia leite suficiente para dar a seu filho ou que tivesse algum problema de saúde que não pudesse amamentar. Nessa circunstância recorria-se ao aluguel de uma ama de leite (BARBIERI, 2012, p. 1-16).

*Aluga-se uma ama de leite; limpa e carinhosa, na rua dos Beneditinos n. 10.
Correio Mercantil- 1850*

Outra tarefa das escravas de ganho, além de lavar as roupas, era engomar. Essa palavra aparece muito no período que estamos analisando e era tarefa equivalente a que hoje denominamos “passar roupas”. Para engomar era utilizado o ferro à brasa deixando a roupa bem lisa, sem nenhuma marca de dobras ou amarrotadas, o calor aquecia o ferro e permitia desamassar a roupa, com o passar dos anos os ferros de passar roupa foram se modernizando, mas o costume de “engomar” as roupas foi passado de geração em geração. O anúncio acima é o Jornal do Commercio de 1850, e, antes de tudo, solicita “boa aparência”. Anúncios diversos mencionavam o termo “cose”, que inferimos significar costurar, pois as escravas deveriam também saber costurar, consertar roupas.

Outra atividade das escravas de aluguel era a de mucamas. O nome era dado às criadas negras, que prestavam serviços domésticos. Costumavam ser jovens, belas, as escravas de ganho que eram mucamas, eram vistas como “escravas de estimação” e costumavam acompanhar suas senhoras em passeios, pela cidade ou campo, além de desempenhar outras atividades caseiras. Mesmo tendo um tratamento diferenciado em comparação aos outros restantes das escravas algumas inclusive recebiam educação, as mucamas não estavam imunes à violência dos castigos que alicerçou o sistema escravista.

Os predicados exigidos de uma mucama possivelmente estavam subentendidos na expressão “boa”, como atesta o anúncio do Correio Mercantil:

*Vende-se uma boa mucama; na rua D´ajuda n. 55 loja.
Correio Mercantil 1850.*

As mucamas cuidavam do guarda-roupa elegante de suas senhoras e meninas ricas. As mucamas, escravas de dentro de casa, dedicadas à senhora e às crianças, deveriam quase que, necessariamente, saber costurar, ao menos o básico, como fazer barras de vestidos, pregar botões, realizar pequenos remendos. Essa atividade foi ilustrada por Machado de Assis, na obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”:

“Há de ser alguma patuscada, dizia ela, mudando a posição de um alfinete.

-Benedita, vê se a barra está boa.

- Está, sinhá, respondia a mucama de cócoras no chão”

(Machado de Assis, 1999, p. 271).

Muitas mulheres da Corte possuíam mucamas, escravas que cuidavam de suas joias, cabelos e coisas, que as acompanhavam em compras na cidade ou nos banhos de mar recomendados pelos médicos, e que também cuidavam de suas roupas. Eram as mucamas que fechavam os broches de ouro, amarravam as correntes, davam corda nos relógios de bolso, apertavam os laços dos espartilhos, lavavam e passavam rendas e roupas de baixo, faziam bainhas (MONTELEONE, 2019, p. 1-11).

Na obra, “O tabuleiro afro- brasileiro: o abastecimento alimentar e a resistência das Quitandeiras Negras no Brasil do século XVIII”. Resende Bonomo registra que “quitandeiras ou negras de tabuleiro era a denominação destas mulheres que transplantaram da África para o Brasil o comércio ambulantes em tabuleiros. Essas negras, por sua vez, vendiam principalmente “gêneros da terra”, tais como aguardente, leite, broas, biscoito, e fumo. Mulheres negras, empobrecidas, libertas, ou forras, que adotaram a venda em tabuleiros, não só como forma de resistir à pobreza e à escravidão, mas também como forma de sobrevivência diante das poucas oportunidades para mão- de- obra feminina na época. Em todo o Brasil, muitas foram as tentativas de estabelecer locais ou limitar a atividade das quitandeiras nas vilas e cidades, pois elas eram frequentemente acusadas de provocarem badernas, propalar ideias, ajudar na fuga de escravos e praticarem a prostituição”. Assim, muitas foram as histórias de luta e transgressão das quitandeiras contra a opressão das autoridades locais (BONOMO, 2014, p. 1-5).

Apesar de tantas restrições e, mesmo proibidas de circular em certos lugares, muitas foram as vendas ocultas praticadas pelas negras de tabuleiros. Embora elas contribuíssem, em parte, para resolver o grave problema de abastecimento de alimentos no país, ao mesmo tempo, elas geravam uma insegurança no controle social sobre a população pobre de escrava. Transgredindo constantemente as leis, essas negras, mulatas, escravas, ou forras representaram o lado rebelde da mulher na história e revelaram o “avesso de uma memória (BONOMO, 2014, p. 1-5). Estaria essa menção à rebeldia traduzida no anúncio do jornal *Jornal do Commercio* na expressão “sem vícios”?

*Aluga-se uma preta sem vícios, para lavar e quitandar, menos para casa de consignaço; na rua São Pedro n. 186, loja de fazendas.
Jornal do Commercio 1850*

No Brasil, o “quitandar” tornou-se uma ocupação típica das mulheres negras, escravas de ganho e livres, que armavam seus tabuleiros nas ruas da cidade, em frente a igrejas, praças, onde a passagem da população era constante, e vendiam seus produtos variados. Algumas das atividades que as escravas de ganho realizavam no Rio de Janeiro, foram registradas nos anúncios de venda e aluguel com destaque para funções tais como lavar, passar, cozinhar, costurar necessárias à organização do cotidiano urbano.

A seguir observaremos a tabela que indica as atividades exercidas pelas escravas de ganho na cidade de Rio de Janeiro, onde cada jornal traz a quantidade de anúncios que cada jornal está anunciando no período de 1850 a 1860.

Tabela 2 – Atividades exercidas pelas escravas de ganho no período de 1850 á 1860.

Atividades Exercidas	Jornal do Commercio	Diário do Rio de Janeiro	Correio Mercantil...	Total
Quitandeiras	1	0	1	2
Cozinheira	9	4	3	16
Mucama	0	0	2	2
Lavadeira	11	3	1	15
Amas-de Leite	5	2	3	10
Engomadeira	10	0	1	11
Costureira	5	3	4	12

A tabela acima nos mostra a quantidade de anúncios por serviços prestados pelas escravas de ganho, como podemos ver o serviço doméstico era o mais anunciado nos jornais de 1850 a 1860, como cozinheira totalizando 16 anúncios, lavadeira 15, amas de leite 10, engomadeira 11, e costureira 12, assim podemos observar que os anúncios procuravam escravas para serviços doméstico, no ano de 1850 à 1860.

Porém a quantidade de anúncios foram menores que o esperado, onde os três jornais analisados tiveram pouco anúncios de escravas de aluguel, talvez pelos os jornais não serem muito procurados naquele tempo em 1850, ou a negociação das escravas ao ganho, poderia se dar na rua por uma conversa, assim levanta-se essa hipótese, pelos anúncios de escravos serem de baixa quantidade. Porém o que foi importante conseguimos analisar os principais serviços que naquela época de 1850 a 1860 era exercidas pelas escravas.

O *Diário do Rio de Janeiro*, foi o primeiro jornal diário do Rio de Janeiro, outro jornal que era diário era o *Correio Mercantil*, e o jornal mais antigo da América Latina é o *Jornal do Commercio* que ainda hoje está em circulação. Através dos anúncios, podemos observar que o jornal que trazia mais anúncios de aluguel de escravas era o *Jornal do Commercio*, ele só não trazia vendas de escravos de ganho, mas também produtos para vendas.

3.1 O trabalho doméstico

Em sua obra “De escravas a empregadas domésticas- A dimensão social e o ‘lugar’ das mulheres negras no pós-abolição”, Paula Bergman Pereira, afirma que

“A abolição da escravatura não modificou as estruturas hierárquicas impostas pela lógica escravista, na prática após-abolição não trouxe ruptura significativa na vida social de um determinado grupo, as mulheres que eram escravas tornaram-se empregadas domésticas. Perceber de que maneira essas relações foram e são operacionalizadas e materializadas na condição de vida e trabalho das mulheres negras no pós- abolição é fundamental para entendermos a condição de empregada doméstica em que as mulheres negras são inseridas” (PEREIRA, 2011, p.1-7).

Os papéis atribuídos à mulher escrava levam-nos quase que diretamente a um questionamento do discurso dominante sobre a condição da mulher negra em nossos dias. Como não pensar na negra assalariada, empregada doméstica, quando se discute que ao escravo era negada a possibilidade de uma vida privada? Porque a negra de hoje é a babá dos filhos da mulher branca burguesa ou pequeno-burguesa (PEREIRA, 2011, p.1-7).

Entender o significado concreto da liberdade na vida social das mulheres ex escravas é um passo importante para entendermos a sua relação de trabalho, sobretudo o trabalho doméstico (PEREIRA, 2011, p.1-7). No pós- abolição o trabalho doméstico foi exercido em grande parte pelas ex escravas. O trabalho doméstico, no entanto, não foi função apenas de mulheres escravas, como exercido pelos homens também, antes mesmo da oficialização do fim da escravidão no Brasil. Vale ressaltar que o trabalho doméstico era composto por várias atividades. Com o fim da escravidão trouxe novos arranjos para que essas mulheres continuassem exercer as mesmas atividades, deixando de ser escravas domésticas e passam a ser empregadas domésticas (PEREIRA, 2011, p.1-7).

De acordo com Pereira

Quando analisamos a concretude dos sujeitos femininos na memória histórica, podemos perceber que a figura da mulher negra sempre esteve atrelada a Casa Grande, ela desempenhou um papel importante na estrutura social e na divisão hierárquica das escravas, a esfera privada de socialização, a grande casa patriarcal, se tornou o principal lugar de domesticação das mulheres escravizadas e foram escravas que garantiram o funcionamento da Casa Grande. Os afazeres domésticos e o cuidar dos filhos das senhas, foi um forte condicionante privado de estrutura patriarcal e hierárquica, durante o período de escravidão, a regulação das relações entre senhoras e escravos, pautava-se no modelo de dominação de classes, definindo por padrões de superioridade e inferioridade, a negra escrava mesmo considerada inferior foi quem, amamentou os filhos de suas senhoras (PEREIRA, 2011, p.1-7).

Segundo Leila Algranti, em sua obra “Família e vida doméstica”, desde o século XVI, “grande parte do trabalho desenvolvido no interior dos domicílios coube aos escravos, que foram figuras indispensáveis” nos lares da América portuguesa, tanto no campo quanto nas cidades.

No final do século do século XIX o trabalho doméstico, passou a figurar como um meio de sobrevivência, com o fim da escravidão o mundo do trabalho passa a ter outras configurações do ponto de vista jurídico, os que eram escravos agora estão libertos, a incorporação dessa mão-de-obra liberta ao mundo do trabalho, se deu majoritariamente pelo trabalho doméstico. Nos grandes centros urbanos o trabalho doméstico ocupou um lugar de centralidade nas relações de trabalho estabelecidas entre ex senhores e ex escravas. O sujeito feminino negro passa a realizar as tarefas do lar a partir de outros arranjos sociais, que são em muitos casos estabelecidos por contrato de locação de serviços, temos ainda aquelas ex escravas que não tinham para

onde ir e continuaram com seus ex senhores exercendo, a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal (PEREIRA, 2011, p. 1-7).

A história do trabalho e dos trabalhadores, no Brasil do pós-abolição se inicia marcadamente com suas divisões consolidadas, de um lado a elite latifundiária exercendo, seu poder socioeconômico e de outro uma massa de homens e mulheres recém libertos, ou libertos há muito tempo e sem nenhuma perspectiva concreta de inserção no mundo do trabalho, dito “qualificado”, porém a maneira de incorporação socioeconômico girou em torno dos trabalhos “subalternos” (aqui entendidos como condicionantes de dominação e exploração), nos anos finais do século XIX e início do XX mais de 70% da população economicamente ativa ex escrava, estava inserida no trabalho doméstico (PEREIRA, 2011, p. 1-7).

Para Sandra Graham em sua obra “Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro

[...] o âmbito do trabalho doméstico inclui, em um extremo, as mucamas, as amas-de-leite e, no outro, as carregadoras de água ocasionais, as lavadeiras e costureiras. Até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua eram geralmente escravas que, com frequência, desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia. A meio caminho estavam as cozinheiras, copeiras e arrumadeiras. O que as distinguiu não era apenas o valor aparente de seu trabalho para o bem-estar da família, refletindo no contato diário que cada um tinha com os membros desta, mas também o grau de supervisão. [...] (GRAHAM, 1992, p.18).

Conforme salientou a historiadora Leila Mezan Algranti, os escravos domésticos constituíram figuras indispensáveis no interior dos domicílios e na rotina cotidiana em tempos coloniais na América portuguesa. Fosse, no início da colonização, com a utilização da mão de obra indígena, fosse posteriormente, e de forma crescente, com o emprego de africanos e de seus descendentes, os escravos domésticos tornaram-se personagens corriqueiros em lares simples ou abastados do mundo colonial brasileiro. Segundo Flavia Fernandes de Souza em sua obra “Criados, Escravos, e Empregados”, a escravidão doméstica foi uma modalidade comum do escravismo em sociedades coloniais americanas.

Embora o uso de trabalhadores escravizados no serviço doméstico tenha sido usual no universo rural, especialmente em casas de morada de engenhos e de fazendas, foi nas cidades que a escravidão doméstica se tornou mais conhecida (SOUZA, 2017, p. 115-120).

De longa data, os anúncios de jornais relativos aos escravos têm sido alvo de interesse e de estudos daqueles que se dedicam à compreensão da escravidão em espaços urbanos. Mais uma vez, Gilberto Freyre pode ser mencionado como um pioneiro na análise de anúncios relativos a escravos, dos quais a maior parte se referia a cativos domésticos. Nas décadas de 1850 e 1870 esse fato ficava evidente nos principais jornais diários da cidade do

Rio de Janeiro. Em levantamento feito na seção de anúncios do *Jornal do Commercio* é possível observar que a maioria das demandas publicadas em relação ao mundo do trabalho se referia ao serviço doméstico. Na verdade, parcela significativa dos anúncios publicados diariamente no *Jornal do Commercio* era relativa a demandas e ofertas de trabalhadores domésticos, fossem livres ou escravos. Nesse sentido, os anúncios de jornais parecem ter se constituído como um recurso fundamental para o estabelecimento de contratos ou de arranjos de trabalho entre amos e criados domésticos (SOUZA, 2017, p. 115-120).

Se a existência da escravidão doméstica na cidade do Rio de Janeiro fica evidente nos anúncios com demandas e ofertas de escravos publicadas nos principais jornais diários em meados do século XIX, é possível recuperar também pistas acerca da presença de cativos domésticos em relatos feitos por viajantes que passaram ou permaneceram na então Corte Imperial. Pode-se observar esse fato para as primeiras décadas do século XIX, quando aportaram, no porto do Rio de Janeiro, inúmeros estrangeiros. Muitos deles orientados por interesses exploratórios, de natureza comercial, diplomática, científica ou artística, os quais faziam parte de um contexto histórico de expedições neocolonialistas (SOUZA, 2017, p. 115-120).

O olhar interessado de muitos dos viajantes que aqui chegavam, ao recair sobre o estado de “civilização” dos habitantes brasileiros, voltou-se várias vezes para a escravidão. Na realidade, como afirma a historiadora Eneida Maria Mercadante Sela, este foi “tópico” comum na literatura de viagem. Repetidas vezes foi a escravidão descrita, em textos e imagens, como aspecto “pitoresco” do universo social urbano ou como parte de “cenários” que caracterizariam “um mundo não europeu, colonial e escravista”. Esse seria o caso das inúmeras referências feitas por viajantes recém-chegados à primeira visão dos cativos que transitavam nas ruas ou do comércio de escravos em determinados espaços da cidade. Um fato que não acontecia por acaso, tendo em vista que o Rio de Janeiro, na primeira metade do Oitocentos, era a principal cidade escravista das Américas, com a maior concentração de africanos fora da África (SOUZA, 2017, p. 115-120).

Portanto, a escravidão doméstica foi recorrentemente mencionada na vasta literatura de viagem produzida naquele contexto. Ao perceberem a grande quantidade de escravos dedicados à realização do serviço doméstico, os estrangeiros costumavam evidenciar suas impressões sobre tal fato. Uma das primeiras e mais comuns observações sobre esse universo se dava quando os viajantes viam as numerosas lavadeiras que trabalhavam não só nos domicílios, mas também em riachos e chafarizes da cidade.

O viajante norte-americano Daniel Parish Kidder (1815-1891) foi um viajante norte-americano que embarcou para o Rio de Janeiro em 1837 e permaneceu no Brasil até 1840. Os anos em que viajou por diferentes províncias do Império lhe renderam várias obras, no final da década de 1830, fez a seguinte observação sobre o cotidiano de trabalho das escravas que se dedicavam à lavagem de roupas

Passeando-se pelas margens pode-se contemplar inúmeras lavadeiras dentro d'água batendo roupa sobre as pedras que se sobrelevam à corrente. Muitas delas saem da cidade pela manhã, com enorme trouxa sobre a cabeça e voltam à tarde com toda ela já lavada e enxuta. Em diversos lugares veem-se os pequenos fogões improvisados onde preparam as refeições e grupos de crianças brincando pelo chão, algumas das quais, já grandinhas, correm atrás das mães. As menores, porém, vão penduradas à costa das escravas sobrecarregadas com a mala de roupas.

No entanto, o olhar dos viajantes não se limitou a determinados grupos de escravos domésticos, cuja presença era mais evidente em alguns espaços públicos da cidade, como era o caso das lavadeiras. Na verdade, alguns estrangeiros fizeram observações mais gerais acerca do grande contingente de cativos alocados no serviço doméstico nos domicílios da cidade. Como podemos observar as escravas negras, eram as principais domésticas que trabalhavam na casa de seus senhores, a procura era grande, quem tinha escravas domésticas era sinal de riqueza, não havia nenhuma escrava branca, a maioria das escravas eram negras e escravizadas.

A escravidão acabou, mas suas heranças estão presentes no cotidiano e nas experiências de vida das mulheres negras e no centro dessas experiências temos o capitalismo que se manifesta através da imensa capacidade que têm as classes dominantes, em todos os períodos históricos, de incorporar, até onde forem possíveis, os privilégios que lhes são próprios. A atual situação da mulher negra é fruto de raízes históricas, cujo ideologia vigente ainda determina que o lugar da mulher negra seja a cozinha e o cuidado do lar (PEREIRA, 2011, p. 1-7).

Os significados sociais e raciais da prestação de serviços domésticos foi engendrada pela complexidade que abrange as relações estabelecidas entre patrões/senhores(as) e suas criadas/empregadas. O trabalho doméstico, exercido predominantemente pelas mulheres, é uma atividade histórica e ligada às habilidades consideradas femininas, no contexto da escravidão, o papel de organização e cuidado da casa grande, ficou a cargo das mulheres negras, enquanto para as mulheres brancas a principal função dentro do lar era o de estabelecer a ordem e o bom funcionamento do lar.

Quando Gilberto Freyre, se refere às “casas grandes” e às “senzalas”, está enunciando os elementos fundamentais que compuseram a estrutura agrária do país. Desta maneira nos fornece alguns dos dados responsáveis pela formação do quadro social em que se desenvolveu o escravismo brasileiro (PEREIRA, 2011, p. 1-7).

A importância dos estudos sobre as mulheres no Brasil nos remete a um passado, onde a mulher era praticamente invisibilizada pelo Estado. Em diferentes tempos históricos não foram consideradas agentes da história e sua função na sociedade era determinada de acordo com seu núcleo social, regida e administrada pelo Estado. E quando pensamos em mulher negra, a necessidade de ressignificação histórica é ainda maior, visto que o grupo social ao qual pertence nunca teve importância em nenhum momento histórico. Estudar o papel social e as condições de vida da mulher escrava parece fundamental para entendermos a história da escravidão brasileira, a atual situação da mulher negra é fruto de raízes históricas pautada na domesticação dessas mulheres, onde sua principal função era a do cuidado do lar das senhoras (PEREIRA, 2011, p. 1-7).

Durante todo o percurso histórico de muitas famílias negras a condição e empregadas domésticas, perpassou gerações de mulheres que não tiveram oportunidades objetivas de exercer outras funções, nos dias atuais, quando caminhamos pelas ruas nobres das grandes cidades ainda, vemos crianças brancas sendo cuidadas por negras babás, ainda vemos jovens negras limpando vidraças e chão, varrendo calçadas, ainda vemos nossas mais velhas cozinhando para suas patroas, que são executivas, gerentes, diretoras, mulheres brancas que dizem não existir mais desigualdades, pois estão no poder, e naturalmente assimilam sua condição de privilégios historicamente, construídos ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira (PEREIRA, 2011, p. 1-7).

Percebemos que após a abolição, alguns costumes continuaram como a mulher negra ela está inserida na vida doméstica, muitas escravas após a abolição ainda continuam como empregadas doméstica mas assalariada recebendo seu salário, mas ainda hoje percebemos que o trabalho doméstico está inserido na sociedade, mas grande parte das mulheres que realizam são mulheres brancas também, a maioria das mulheres ganham seu dinheiro através do serviço doméstico.

3.2 As escravas domésticas

Depois da análise dos três jornais citados podemos observar as determinadas funções das escravas de ganho e de aluguel, as profissões mais procuradas era a de lavadeira e

engomadeira e cozinheira. Como podemos observar a tabela 2 os anúncios de escravas para lavar, cozinhar e engomar era os serviços mais procurados, pelos locadores de escravas de aluguel, onde as atividades referentes ao serviço doméstico eram mais frequentes.

Embora o uso de trabalhadores escravizados no serviço doméstico tenha sido usual no universo rural, especialmente em casas de morada de engenhos e de fazendas, foi nas cidades que a escravidão doméstica se tornou mais conhecida ou pelo menos mais estudada.

O historiador e cientista social Jacob Gorender, por exemplo, apresentou a escravidão doméstica como modalidade da escravidão urbana, ainda que ressaltasse a prevalência do campo sobre a cidade no escravismo colonial. Tal apresentação da escravidão doméstica, como uma das diversas formas de “emprego” ou “profissão” da mão de obra escravizada, tem sido comum na produção historiográfica brasileira. Inicialmente vistos como parte de uma “nova face da escravidão” ou seja, a urbana, os escravos domésticos foram muitas vezes entendidos como sendo típicos dos domicílios citadinos. Isso se deu por vários motivos, dos quais se pode destacar: a evidência desses escravos em conhecidas fontes sobre a escravidão, como no caso dos anúncios de jornais e relatos de viajantes; e à perenidade desse tipo de escravidão e ao grande percentual de escravos alocados na prestação de serviços domésticos nas principais cidades brasileiras oitocentistas (SOUZA, 2017, p. 114-120).

Nas décadas de 1850 e 1870 esse fato ficava evidente nos principais jornais diários da cidade do Rio de Janeiro. Em levantamento feito na seção de anúncios do *Jornal do Commercio* é possível observar que a maioria das demandas publicadas em relação ao mundo do trabalho se referia ao serviço doméstico. Na verdade, parcela significativa dos anúncios publicados diariamente no *Jornal do Commercio* era relativa a demandas e ofertas de trabalhadores domésticos, fossem livres ou escravos (SOUZA, 2017, p. 115-120).

Se a existência da escravidão doméstica na cidade do Rio de Janeiro fica evidente nos anúncios com demandas e ofertas de escravos publicadas nos principais jornais diários em meados do século XIX, é possível recuperar também pistas acerca da presença de cativos domésticos em relatos feitos por viajantes que passaram ou permaneceram na então Corte Imperial (SOUZA, 2017, p. 115-120).

Segundo Souza, a partir dos anos 1850 teria ocorrido um duplo e significativo fenômeno de concentração de trabalhadores cativos no serviço doméstico e de redução no número de escravos domésticos na Capital do Império. Ao mesmo tempo em que a propriedade e o número de cativos nos domicílios deixavam de se constituir em condições determinantes da posição social dos senhores escravistas. De acordo com o autor, tudo isso se deveu a um conjunto de fatores, sendo todos, em grande parte, decorrentes do término

definitivo do tráfico de africanos, a partir da decretação da chamada Lei Eusébio de Queirós, em 1850, e do fim da tolerância com os traficantes, por meio de medidas mais repressivas do governo imperial nos anos subsequentes. Desde então, teria se intensificado o comércio interno de escravos no país, com a elevação do preço dos cativos e das vendas de escravos, oriundos, sobretudo, de áreas produtoras em decadência ou de espaços urbanos, para as zonas de crescente produção agrícola. No caso dos proprietários de escravos urbanos, Soares afirma que a elevação dos preços dos escravos após abolição do tráfico incentivou o aumento da venda de cativos para as regiões cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Como consequência desse intrincado processo teria ocorrido uma progressiva redução do número de escravos urbanos em grandes cidades escravistas, como o Rio de Janeiro, uma vez que muitos senhores julgaram ser lucrativo se desfazer de alguns dos seus cativos, ainda que permanecessem com parte da escravaria pessoal no serviço doméstico (SOUZA, 2017, p. 115-120).

Análises, corroboram a hipótese de que em boa parte da segunda metade do século XIX, enquanto vigorou a escravidão no Império do Brasil, os escravos constituíram parcela significativa do contingente de trabalhadores ocupados no serviço doméstico. Embora a partir dos anos 1850 tenha ocorrido uma diminuição na média de escravos nos domicílios urbanos e um processo gradativo de redução do número de cativos na cidade (em consonância com outros processos, como o equilíbrio sexual e a tendência para o aumento da população cativa nascida no Brasil), os números de escravos alocados no serviço doméstico permaneceram altos nas últimas décadas da escravidão brasileira. Tal fato é verificável no resultado do primeiro recenseamento geral do Brasil, ocorrido em 1872.

O censo de 1872 foi o primeiro em que foi contabilizada a população escrava existente no território brasileiro em relação às profissões embora o mesmo procedimento não tenha sido feito em relação aos libertos. Dessa forma, segundo o censo de 1872, a população do Município Neutro, correspondente à cidade do Rio de Janeiro, era de 274.972 habitantes, dos quais 226.033 (82,2%) eram de condição civil livre e 48.939 (ou seja, 17,8%) eram escravos. Desta população em condição escravizada, 24.886 eram do sexo masculino e 24.053 do sexo feminino. E de todo esse contingente de pessoas presas à escravidão, 46,67% (22.842) estava alocada no serviço doméstico (SOUZA, 2017, p. 115-120).

A maioria dos anúncios eram relacionadas à procura de escravas domésticas como os anúncios nos trazem:

*Vende-se de casa de família, uma bonita pardinha excelente mucama; lava, engoma perfeitamente, e cose a máquina; à Rua do Lavradio, n.6.
Diário do Rio de Janeiro, 20.fev. 1850, p. 3*

Ou ainda, no mesmo jornal:

*Escrava – Aluga-se uma escrava, preta, de nação, a qual lava engoma, cozinha e entende de todo o serviço de uma casa, inclusive compras; na Rua do Conde da Cidade Nova, n. 48
Diário do Rio de Janeiro, 20.fev. 1850, p. 3*

Ao expor características e qualificações de escravos domésticos, anúncios como esses citados dão uma boa dimensão da ambiência de valorização da escravidão doméstica no espaço urbano do Rio de Janeiro, mesmo em um momento em que a propriedade escravista passava por mudanças. A presença dos escravos caracterizou, então parte substancial da esfera laboral constituída pelo serviço doméstico, a qual não se limita aos espaços dos domicílios (SOUZA, 2017, p. 115-120).

Segundo Amélia Carla Sobrinho Bifano em sua obra “Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível”. O trabalho doméstico foi muito utilizado mesmo após a abolição, com a Lei Áurea muitos continuavam servindo aos seus empregadores, pois tinham com os mesmos certa aproximação e também porque não tinham o que fazer e muito menos para onde ir. Essa proximidade com a família permitia proteção às trabalhadoras, condição essa considerada por algum privilégio, por outra continuidade da relação escravocrata (COSTA, 2007, p. 229-230).

O trabalho doméstico teve seu marco histórico no período colonial, onde a atividade doméstica era entendida como trabalho escravo, realizado por mulheres, principalmente as negras. Segundo Gomes, em seu texto “a origem do trabalho doméstico no Brasil”, a atividade desenvolvida pela empregada doméstica era “de mucamas, amas de leite, costureiras, aias, pajens, cozinheiros, também cuidavam dos filhos dos senhores, transmitiam recados, serviam à mesa, recebiam as visitas e entre outros afazeres.

Gilberto Freyre (2003), em sua obra “Casa Grande & Senzala”, retrata a influência da cultura africana na formação do povo brasileiro, quando ele descreve o cenário do trabalho doméstico desenvolvido entre a senzala e a casa grande; ou seja, nas relações entre senhores e escravos, que eram pautadas no amor e ódio, nas condições de trabalho desenvolvidas no acordo pessoal, no entendimento, na colaboração, exploração, bem como por meio da

convivência diária, que obscurecia a separação entre atribuições e gentilezas, direitos e deveres e, principalmente, empregados e patrões.

No período escravocrata, as trabalhadoras domésticas moravam na senzala, mas passavam grande parte do dia na Casa Grande. Com o redimensionamento das casas na zona urbana, esses dois lugares fundiram-se e foi criado um novo cômodo nas casas: o quarto da empregada. Assim, o quarto da empregada mantém a relação com o trabalho escravo, pois conserva a presteza servil do século XIX, impede o controle da trabalhadora sobre sua jornada de trabalho e tempo de descanso, além de afastar essas mulheres do convívio com suas próprias famílias (SANTOS, 2010, p. 30).

O quarto de empregada foi criado como uma forma de controlar a jornada de trabalho da empregada doméstica, levando-a ao isolamento e ao desconforto, uma vez que eram espaços sem ventilação e insalubres, além de ser considerado como uma relação de trabalho, uma vez que os “laços e dependências afetivas recíprocas entre a trabalhadora e a família são diluídos na distância física, redimensionando-se para o reconhecimento do valor profissional da trabalhadora. Depois, porque ao morar na casa dos empregadores a trabalhadora fica na dependência dos horários dos donos da casa” (SANTOS, 2010, p. 35).

A empregada doméstica ficava tão restrita ao seu local de trabalho, que desenvolvia com a família empregadora laços de afetividade, sendo que o mesmo não acontecia com seus próprios familiares. Além disso, as trabalhadoras passavam por privações quanto à utilização de banheiros, talheres e alimentos, inclusive quanto ao local que lhes era designado e os utensílios permitidos para uso, também quanto a sua permanência nos cômodos da casa, enquanto o empregador estivesse presente (SANTOS, 2010, p. 30).

Conforme Graham (1992), citado por Bernardino-Costa (2007, p. 15), naquela época havia um código de moral, onde os patrões deveriam promover a proteção, alimentação, moradia, roupas de seus criados; em contrapartida, os mesmos deviam obediência e fidelidade. Acrescenta-se ainda que os espaços casa e rua eram definidos da seguinte forma: a casa como “um domínio seguro e estável” e a rua como “lugar suspeito e imprevisível”, afirmando:

“Embora essas categorias fossem reconhecidas” por senhores e criadas, os significados convencionais podiam ser revertidos ou se tornar ambíguos: para os criados, a casa podia ser um local de injustiça, punição ou trabalho excessivo, enquanto a rua podia ser procurada como um local de maior liberdade. Já os senhores enfrentavam os riscos inescapáveis de trazer criados desordeiros para os espaços (GRAHAM, 1992, apud BERNARDINO--COSTA, 2007, p. 15)

Com relação aos laços de afetividade desenvolvidos entre a empregada doméstica e a família empregadora, cabe o seguinte questionamento: será que havia afinidade entre ambas as partes? Ou a empregada doméstica, por estar restrita ao seu local de trabalho, se acomodava à forma como era tratada? Será que considerava normal tudo o que passava? Será que temia os maus-tratos, violência e perseguições, caso fugisse? Remetendo-se aos informativos e jornais da época, foi possível constatar que os escravos, amas de leite, principalmente as mulheres e homens negros, eram considerados como coisa, objeto; ou seja, eram equiparados a mercadorias rentáveis e de raça inferior de propriedade dos senhores e fazendeiros, podendo os mesmos se desfazer deles, vendendo-os ou perseguindo-os em caso de fuga, como reproduzido nos anúncios.

Destaca-se que o trabalho feminino, na época colonial, sofria também a influência da cultura portuguesa, uma vez que a mulher era responsável pelo papel de provedora de alimentos da família, organização doméstica, e pelo trabalho manual, enquanto que as escravas ficavam responsáveis pela limpeza e preparo da casa. Era característico que os moralistas e as pessoas preocupadas com a educação feminina recomendassem que as mulheres se dedicassem ao trabalho manual, como forma de evitar ociosidade, maus pensamentos e ações, que não eram condizentes com a realidade vivida (ALGRANTI, 1997, p. 150).

São inúmeras as atividades realizadas pelas ruas da cidade. A começar pelas tarefas domésticas no âmbito público, escravas e libertas circulavam pelas ruas da cidade comprando alimentos, abastecendo domicílios com água, lavando roupas, enfim, realizando inúmeros serviços. Inegável a rede de amizade e solidariedade que se constrói a partir das atividades realizadas pelos mercados, feiras, fontes de água potável. Muitos dos viajantes estrangeiros traziam os relatos das mulheres na cidade, ela estava por todo lado, nas praças, ruas, quitandas.

O testemunho de Luís Vilhena nos informa sobre alguns espaços ocupados por estas mulheres em função das atividades profissionais, a exemplo das quitadeiras, assim como os esforços das autoridades no sentido de disciplinar e controlar a vida urbana em finais do século XVIII:

Não há nesta cidade uma só praça de mercado, mas sim uns lugares a que chamam quitandas, nos quais se juntam muitas negras a vender tudo o que trazem, como seja peixe, carne meia assada, a que dão o nome de moqueada, toucinho, baleia no tempo da pesca, hortaliças entre outros (VILHENA, 1969, p. 93).

Como podemos observar além do “quitandar”, as mulheres desempenhavam inúmeras atividades domésticas. Como podemos observar na tabela 2, os anúncios mais recorrentes são lavadeiras, cozinheiras, costureiras, atividades ligadas ao serviço doméstico. As lavadeiras desempenhavam seu papel, lavando e engomando a roupa de seus senhores, os viajantes que vêm para o Brasil descreve a presença das lavadeiras, nos rios e chafarizes das cidades, com seus cestos de vime, lavando e ensaboando as roupas de cama, tinha dias que as lavadeiras se reuniam para lavar roupa nos rios como mostra a obra de Jean Debret onde ele traz as lavadeiras em suas obras no rio das Laranjeiras.

Outra atividade que era muito procurada era a de costureira. As escravas deviam saber costurar, dar pontos nas roupas, muitas de suas senhoras tinham uma escrava exclusivamente para costurar, pregar botões, entre outras atividades de costura.

A cozinheira é outra requisitada nos anúncios, as famílias precisavam de escravas para cozinhar, na cozinha não havia somente uma escrava para o preparo dos alimentos haviam outras escravas onde elas juntas preparavam o alimento, desde tirar o alimento da terra, frutas, verduras, legumes, desde o preparo, descascar, cortar e cozinhar, as escravas além de cozinhar serviam a mesa, arrumavam os pratos, garfos e talheres, depois de preparado o alimento servido, e retirado da mesa logo após a refeição.

O serviço doméstico era o mais procurado, portanto somente famílias ricas tinham inúmeras escravas para cada tarefa doméstica, e muitas das atividades eram voltadas para o serviço doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi necessário um estudo mais detido acerca da imprensa, considerando que os jornais foram as principais fontes de sustentação do trabalho. A proposta de evidenciar o fenômeno das escravas de ganho na principal cidade do Brasil, o Rio de Janeiro, foi amparado na prospecção dos anúncios em três jornais da época: o *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil e Instructivo*, *Político e Universal*, e o *Jornal do Commercio*, de 1850 a 1860, As escravas de ganho exerciam diversas atividades, constantemente anunciadas nos jornais, como mercadorias, para serem vendidas ou alugadas.

As fontes tem um papel importante na reconstrução da história, com isso a imprensa assume um lugar de destaque nesse cenário na medida em que são muito ricas as fontes, para assim compreender o contexto histórico.

Os três jornais analisados trazem a constatação de que a venda e o aluguel de escravas compôs o quadro daquilo que se oferecia em termos de prestação de serviços, sendo os mais frequentes os serviços domésticos, como lavadeira, engomadeira, mucama, ama de leite, cozinheira, quitandeira, entre outras atividades de ganho.

As escravas de ganho não só trabalhavam dentro de casa, mas também nas ruas como quitandeira, lavadeira, vendendo produtos nas ruas, como hortaliças, e legumes, entre outros produtos de consumo, as escravas de ganho vão participar do comércio no Rio de Janeiro, onde muitas vendiam produtos em comércios, diziam que elas eram ótimas negociantes.

Além de as escravas serem consideradas boas nas vendas de produto e no comércio, muitas delas eram acompanhantes de suas sinhás, assim passando a ser chamada de mucamas, onde elas ajudavam desde a vestimenta de sua sinhá até a ida a igreja fazendo companhia. As escravas domésticas vão ser as mais procuradas nos anúncios de jornais.

Os jornais anunciavam escravas para aluguel ou venda, muito deles descreviam as escravas como negras, mulatas, rapariga, mocinha, escrava, era muito comum naquele tempo o uso dessas palavras para descrever as escravas. Os anúncios eram feitos pelos proprietários das escravas, ou pelas agências de consignação.

Nossa expectativa inicial foi a de encontrar um número maior de anúncios em torno das escravas de ganho e de aluguel. No entanto, os jornais analisados no período do 1850 a 1860, mostraram um número menor do que o esperado. Durante essa década, contabilizamos 29 anúncios de escravas de aluguel no total dos três jornais. Diante desse quadro, levantamos algumas hipóteses: a primeira, que muitos negociantes de escravas de

ganho e de aluguel vendiam ou compravam seus serviços diretamente, ou seja, faziam o negócio a partir de uma simples conversa, privada, sem intermediação do jornal; a segunda hipótese, é a de que, com a Lei Eusébio de Queiroz, o número de escravos urbanos possa ter diminuído. Isso estaria de acordo com a percepção do historiador Luiz Carlos Soares, o qual levanta a possibilidade de que a partir dos anos 1850 tenha ocorrido uma diminuição na média de escravos nos domicílios urbanos e um processo gradativo de redução do número de cativos no Rio de Janeiro em função da necessidade de abastecimento de braços escravos para as lavouras de café; uma terceira hipótese, a ser comprovada em trabalho futuro, é a de que a escolha dos jornais analisados não tenha sido suficiente para definir a oferta real de escravas de ganho nessa década, na capital do país. Outros veículos de imprensa talvez possam acrescentar dados à atual investigação.

Dentre o levantamento possível e realizado, chegamos a algumas constatações em relação, por exemplo, ao tipo de serviços oferecidos. Dentre esses, estava o serviço doméstico, que a maioria dos anúncios traduz como lavadeiras, cozinheiras, costureiras, eram os principais serviços procurados no ano de 1850 e 1860.

Além disso, as escravas de ganho e de aluguel tinham um papel importante na sociedade. Não eram apenas mulheres que exerciam seu trabalho, os escravos foram a peça mais importante na economia brasileira durante mais de três séculos, eram a principal mão de obra do país, trabalhavam não só na agricultura, mas também no comércio de ganho e no serviço doméstico.

Logo após a Abolição, em 1888, grande parte das ex-escravas continuaram no serviço doméstico, agora, assalariado, mas ainda não dignificante, não emancipador para a sociedade que seguiu se mantendo atrelada à imagem da doméstica associada à escravidão. E assim, o estigma trabalho doméstico/escravidão, vem passado de geração em geração nessa camada que o exerce e para quem o remunera.

Ao final, podemos afirmar que a pesquisa constituiu um ensaio para futuros trabalhos que tenham a curiosidade de examinar a escravidão sob uma perspectiva de gênero, de trabalho urbano, da atividade de ganho e de aluguel, usando a imprensa ou outra fonte que desvele mais informações sobre o tema, fazendo uma análise, da participação das mulheres escravas perante a sociedade do século XIX, destacando seu modo de inserção suas principais atividades de ganho e a importância, que assumiram como escravas, e mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. *O demônio familiar*. Belo Horizonte: Germape, 1985.
- AMPARO, Flávia. *A casa, a quitanda e a “venda”*: os limites da escravidão na literatura do séc. XIX. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. v. 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 132-154.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos*, 2007, 287s. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais, Brasília-DF, 2007.
- BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. *Ensaio da História do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível*. São Paulo, 2016
- BARBIERI, Carolina Luisa Alves; Couto, Márcio Thereza. *As amas de leite e a regulamentação biomedica do aleitamento cruzado: contribuições da socio-antropologia e da história*. São Paulo, v. 8, n. 1, jun. 2012.
- BARRA, Sérgio Hamilton. *Entre a Corte e a Cidade: o Rio de Janeiro no tempo do Rei (1808- 1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- BRASIL, Bruno. *Diário do Rio de Janeiro*. Disponível em: Hemeroteca Digital.<<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 17 de agos. de 2019.
- CALDEIRA, J. Mauá; DIMAS FILHO, N. Jornal; Encic. Delta; Encic. Mirador; INF. Antônio Calegari; INF. Fernando Segismundo; INF. José Chamilete; *Jornal do Comércio*. Disponível em: <<http://www.jornaldocomercio.com.br/>> Acesso em 20 de agos. de 2019.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. *O bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARVALHO, Vania Carneiro. *“Gênero e artefato”*. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material. (São Paulo 1870-1920). São Paulo: Edusp, 2008.
- COSTA, Thiago. *Representações do Negro na Obra de Jean- Baptiste Debret*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Paraná, 2009.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo I, vol. I e II, São Paulo: Martins Editora, 1940.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São

Paulo: Brasiliense, 1984.

ESPIG, Márcia Janete. *A relação entre a História e a Imprensa*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, p.269-289, dezembro de 1998.

FONSECA, Thiago Mantuano. *A Região Portuária do Rio de Janeiro no século XIX: aspectos demográfico e sociais*. Mestre em História Social e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2018.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, col. Brasiliana, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa - Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal, 48. ed. rev., São Paulo, Editora Global, 2003.

GOMES, Douglas. *Origem do Trabalho Doméstico no Brasil*. Disponível em: < mestico-no-brasil.com.br >. Acesso em 20 de nov. 2019.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HEINEBERG, Ilana. “Miméticos, aclimatados e transformadores: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses” In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetoórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

HONORATO, Claudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2008.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUCA, Tania Regina de. *A História por meio da imprensa*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In: Coutinho, Afrânio (Org.). Machado de Assis: Obra completa, vol. I. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1994.

- MONTELEONE, Joana de Moraes. “*Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)*”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.
- MORAES, Renata Figueiredo. *A escravidão e seus locais de Memória. O Rio de Janeiro e suas Maravilhas. Revista Odeere*. Rio de Janeiro, 2016.
- PEREIRA, Bergman de Paula. “*De escravas a empregadas domésticas – a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição*”. São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP, 2011 (anais eletrônicos).
- SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981. 2 vols.
- SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. *Quebrando as correntes invisíveis: Uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil, 2010, 85s*. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) Universidade de Brasília Faculdade de Direito, Brasília-DF, 2010.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na Rua: A nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SOARES, Cecília Moreira. *As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Afro-Ásia*. Salvador, n. 17, p. 57-71, 1996.
- SOARES, L. C. *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.
- SOUZA, Flávia Fernandes. *Criados, Escravos e Empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2017.
- VILHENA, Luís Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador, Ba: Editora Itapuã, 1969. 2v.

ANEXO 1



Diário do Rio de Janeiro- 1850

Disponível em Hemeroteca Digital

<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%>

Acesso em: 20 de julho de 2019

ANEXO 2

Ano 1860 Edição 00001

continúa a exercer o mesmo ofício.

de sociedade. Francisco Serra, morador em S. José do Piauí de Minas, faz sciente a esta data de 26 de julho proximo passado idade que tinha com seu irmão de Guerra & Irmão, e com o pagamento das dividas que devia a esta praça, por isso a pessoa que se julgar creditada firma, de se apresentar rasão de oito dias, em casa do Leite Guimarães, rua da Quitanda, 31 de dezembro de 1859.

de sociedade. — A casa com-gyava nesta praça sob a firma hado participa á mesma que se dissolve, sahindo o Sr. Silva, e ficando a liquidação feita, e ficando a mesma José An- a Braga.

bre penhores de ouro, prata e impresta-se na rua do Hospício

fazer companhia a uma familia, pôde procurar na rua do Catumby-Grande n. 3, junto á praça.

Professora. Precisa-se; para um collegio de serraacima, de uma professora de piano. fazendo-se boa vantagem : a quem convier dirija-se á rua da Alfandega n. 8 A. para tratar.

Para todo o serviço. — Aluga-se uma preta que lava, cozinha e faz compras; na rua Municipal n. 21.

Piano. — Venle-se um piano de muito boas vozes e quasi novo; na rua de S. Pedro da Cidade Nova n. 22.

Povo secco muito superior, chegado do Porto na barca portugueza *Joven Ermelinda*, a 480 rs. a libra e 12\$ a arroba; vende-se no armazem do Menezes, rua do Rosario n. 100.

Preta para alugar. — Aluga-se uma preta para todo o serviço de uma casa; na rua do Senado n. 7.

SOCIEDADE COMMERCIAL. --- Os abaixo assignados fazem sciente a esta praça que nesta data firmarão uma so-

O dono deste estabelecimento partic respeitavel publico que tem quartos e sal bilindos e assoiados, proprios para fam pessoas de tratamento; e este estabeleci além das boas commodidades, é bastant co e arejado.

Cura os bebados.

Licor preparado com substancia ali res, com o qual se affiança curar completa a embriaguez (nunca mais bebem), e nã judica a saude: uma garrafinha de ba para a cura, não tem dieta, e custa só 5\$, a quem comprar mais de uma se fa timento; para informações, na rua da n. 75.

CHAPÉOS DA MODA

Grande sortimento de chapéos patente os mais modernos que ha, a 5\$, 6\$, 7\$ e 8\$; tos de lebre finos, a 2\$, 3\$, 4\$, 5\$ e 6\$; brancos para meninos, e que servem para sados a 5\$ e 6\$; bonés de rapta...

Correio Mercantil e Instructivo Político e Universal 1860.

Disponível em Hemeroteca Digital/

<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%>

Acesso em: 20 de julho de 2019

ANEXO 3

Ano 1850-Edição 00001

400

lo vendem-se com botões a

2 ANOS.

ionra de an- a sua fabrica le os fabrica i mais do sobri por isso co- tes são fortes e de superior ção. Existem a fabrica do venderem. Na

chave acha-se na casa do canto immediato.

PRECISA-SE alugar com muita brevidade um sobrado em qualquer rua que não diste muito da do Ouvidor, e de aluguel de 20\$ até 30\$; annunciem por este *Jornal*, ou dirijão-se á ladeira do Castello no fim da rua do Carmo n. 1.

HA na rua dos Latoeiros n. 66 mobílias novas francezas e hamburguezas, camas de crianças e de casados, guarda-vestidos, lavatorios de varios feitios, tudo de mogno, e vende-se muito em conta.

ALUGA-SE uma preta sem vicios, para lavar e quitandar, menos para casa de consignaço; na rua de S. Pedro n. 186, loja de fazendas.

FUGIO, no dia 28 do corrente, da rua Fresca n. 8, em S. Domingos, uma preta crioula, de nome Libania, idade de 70 annos, tem os olhos meios fechados e avermelhados; levou um vestido de riscado de quadrados azul e branco; quem della tiver noticias dirija-se á rua do Rosario

PRECISA-SE alugar um perfeito cozinheiro, e le inglez, assim como um perfeito copelro; di rua da Alfandega n. 20 para tratar.

CASTANHAS

vindas pelo brigue *Fortuna* de Lisboa com 27 viagem; vendem-se em porção, e ás libras a 40 armazem da rua do Rosario n. 81.

PRESENTES PARA FESI

Com este titulo sahirão qui lissimas peças de musica, se para piano, e uma para piar to. 1ª, *Olympia*, valsas; 2ª, *do Diabo*, quadrilha de contr 3ª, *Martins Foliero*, aria pa 4ª, para piano e canto A

Jornal do Commercio-1850

Disponível em Hemeroteca Digital/

<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%>

Acesso em: 20 de julho de 2019